

**3** **ARTIGO**  
*As dimensões do desemprego, por Adhemar dos Santos Mineiro*

**4** **SEMINÁRIO**  
*Novas dimensões da globalização*

**5** **ARTIGO**  
*A terceirização da economia brasileira, por Hildete Pereira de Melo, Frederico Rocha, Galeno Ferraz, Alberto Di Sabbato e Ruth Dweck*

**20** **SEMINÁRIO**  
*Desemprego: desafios e perspectivas na virada do século*

**13 DE AGOSTO**  
**DIA DO ECONOMISTA**

## A **turbulência** na economia internacional e a posição do **Brasil**

**J**osé Carlos Miranda traça um panorama da instabilidade mundial, destacando as crises da Ásia e da Rússia, a posição dos Estados Unidos e a criação da moeda única na Europa. E adverte: os mercados futuros não diferenciam entre os chamados países emergentes. Na crise atual, diz, "nossas reservas podem ser rapidamente exauridas."

**páginas 10 a 13**



SUBÚRBIO DE FAYGA OSTROWER, REPRODUÇÃO: MNBA

## JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,  
IERJ E SINDECON-RJ

**Diretor Responsável:** Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bonfim (MT 11916) • **Editores Eletrônicos:** Kátia Regina Fonseca - Telefax (021) 508-7367 • **Ilustração da Capa:** *Subúrbio*, água forte, área impressa de 12,4 x 21,6 cm. Foi gentilmente cedida pelo Museu de Belas Artes (MNBA) e reproduzida por João Diaz • **Fotolito e Impressão:** Tipológica - Tel (021) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL  
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel: (021) 224-0578 - Fax: (021) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Adhemar dos Santos Mineiro • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, José Roberto Soeiro, Hélio Portocarrero, Maria José Cyhlar Monteiro, Adhemar dos Santos Mineiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Renato Luiz Mello de Oliveira, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Luiz Mário Behnken, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares • **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49 - Tel: (0247) 238333.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1607 / 1608 / 1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel: (021) 262-2535 e (021) 533-2192 - Fax: (021) 533-7891 - E-mail: [sindecon@embratel.net.br](mailto:sindecon@embratel.net.br) - Home page: <http://www.economistas.com.br>.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tels: (021) 224-0578 e (021) 509-1077 - Fax: (021) 221-0958 - E-mail: [ierj@ax.apc.org](mailto:ierj@ax.apc.org) - Home page: <http://www.economistas.com.br>.

## EDITORIAL

A importância da agricultura para a economia e a sociedade brasileiras é um fato muitas vezes obscurecido pelos processos de modernização vividos ao longo das últimas décadas. Ainda assim, ninguém ignora os efeitos anticíclicos que o segmento agropecuário exerceu quando do fim do "milagre" brasileiro, nem a contribuição que as exportações de soja e de frango deram à geração de divisas durante longo período.

Mais recentemente, o campo passou a ser fonte de problemas, não tanto pelo seu desempenho mas principalmente pelos impactos sofridos em consequência da política macroeconômica dos anos 90. O país passou de grande produtor e exportador a importador de uma série de produtos, como o algodão, o arroz e o feijão. A crise da agricultura, daí decorrente, agravou os problemas estruturais do setor e colocou a reforma agrária na ordem do dia.

Depois da abertura comercial e do El Niño, para não falar dos problemas estruturais, um fato traz preocupações quanto aos destinos da agricultura nacional: a investida de grandes multinacionais para a liberação dos produtos transgênicos.

À primeira vista, trata-se de uma questão eminentemente técnica, mas, de fato, pode ter sérias repercussões não só sobre a economia, mas sobre a vida de todos os habitantes do planeta. O tema foi introduzido na nova Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9279/96) de forma restrita, apesar das alegações do governo e dos partidos situacionistas de que o seu reconhecimento, assim como as diversas modificações na legislação anterior, nos colocariam no Pri-

meiro Mundo, atraindo fortes investimentos em pesquisas e em novas plantas industriais. Doce ilusão. Decorrido longo período de implementação, da Lei muito pouco mudou.

Produtos transgênicos são aqueles em que genes são modificados em uma espécie vegetal ou animal, visando a aumentar sua produtividade ou a introduzir qualidades aparentemente desejáveis, que não se encontram originalmente na planta ou no animal. Exemplos são uma espécie de soja que, alterada geneticamente, torna-se resistente ao herbicida Roundup e o tomate de longa vida (que se conserva por várias semanas).

O impacto desses produtos sobre a saúde humana é preocupante. Alterações genéticas podem ter consequências de longo prazo que ainda não foram devidamente avaliadas (os primeiros testes com plantas transgênicas datam de 1985). Há, ainda, o perigo de que as plantas geneticamente modificadas, ao serem plantadas, venham a provocar mutações em plantas comuns, com repercussões totalmente imprevisíveis.

Acrescente-se, também, a grande apreensão sobre a tendência à redução da biodiversidade. Por causa dos elevados custos da biotecnologia, as empresas ficam propensas a focalizar o seu desenvolvimento em poucas variedades ou linhagens. Ademais, torna-se muito preocupante o impacto das chamadas sementes estéreis sobre a economia agrícola dos países em desenvolvimento. Recentemente foi concedida a patente para sementes estéreis, ou seja, aquelas cuja planta produz grãos que não germinam na geração seguinte.

Os defensores dos transgênicos argu-

mentam que os produtos já estão disseminados no mundo e que, se o Brasil não os aprovar, a agricultura perderá competitividade. Na verdade, a questão é bem mais complexa. De fato, os Estados Unidos e o Canadá já plantam e consomem a soja transgênica de forma bastante generalizada. Já outros países, notadamente os europeus e o Japão, embora tenham dado autorização restrita aos transgênicos, resistem à sua disseminação em resposta às preocupações dos consumidores. Sabe-se que na Europa, consumidores de renda alta e consciência ecológica mais avançada, têm feito movimentos de protesto, exigindo a rotulagem dos produtos transgênicos e dispendo-se a pagar um prêmio pelo produto não modificado geneticamente.

Outro aspecto a ser levado em conta, além dos que dizem respeito à saúde da população e que são, de certa maneira, óbvios, é o que se refere ao impacto da adoção das variedades transgênicas sobre a agricultura familiar, que seria obrigada a comprar sementes aumentando assim seus custos de produção.

A aplicação de medidas liberalizantes para a matéria, quer através de alterações na lei atual, quer na apresentação de projeto de lei que trate o problema de forma ampla, é no mínimo precipitada. A preservação de direitos relativos ao acervo e utilização do patrimônio genético existente no território nacional e a definição de estratégias e modelos institucionais, que traduzam a perspectiva sustentável de desenvolvimento, são fundamentais na conservação de nossa diversidade biológica e na repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes de sua exploração.

## LANÇAMENTOS DO CONSELHO

O Corecon-RJ, IERJ e Sindecon lançaram as publicações:

- Perfil dos Economistas
- Guia dos Consultores em Economia
- VIII Prêmio de Monografia
- Ensino de Economia - Questões Práticas e Empíricas

As publicações foram editadas para estimular a difusão de atividades ligadas à capacitação, ao ensino e ao acesso à informações acadêmicas ou de pesquisas básicas. Solicite o seu!

## DOAÇÃO DE LIVROS

A campanha "Doe livros, seja um intermediário no acesso ao conhecimento", promovida pelas entidades dos economistas - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon - está ajudando a equipar diversas bibliotecas no Estado, de agosto 96 até agora. Foram 3.820 doações em diversas áreas - economia, contabilidade, direito, literatura, história, administração, educação, além de obras de referência (dicionários e enciclopédias). A campanha continua, e os interessados na doação devem entrar em contato com a bibliotecária Ester Oliveira Teixeira, das 13h às 17h, na Biblioteca Eginardo Pires.

## CONVÊNIO

## CORECON-RJ / MNBA

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras do seu acervo e de artistas representativos da cultura brasileira, o *Jornal dos Economistas* reproduz na capa uma obra de Fayga Ostrower. Gravadora e pintora brasileira (Lodz, Polônia, 1920), estudou desenho na Sociedade Brasileira de Belas Artes, no Rio de Janeiro e, a partir de 1946, no curso de Artes Gráficas da Fundação Getúlio Vargas. Recebeu o Prêmio Internacional de Gravura na XXIX Bienal de Veneza (1958) e primeiro prêmio no I Certame Interamericano de Xilogravura, em Buenos Aires (1960).

Nota técnica (capa): *Subúrbio*, água forte com área impressa de 12,4 x 21,6 cm. Reprodução: João Diaz.

ARTIGO

por Adhemar dos Santos Mineiro

# As dimensões do desemprego

O aumento rápido das taxas de desemprego no país, por qualquer indicador que se utilize, a partir do primeiro trimestre deste ano (adotado como referencial a PED-Seade/Dieese para a Região Metropolitana de São Paulo, a taxa de desemprego total passa de 16,6% em dezembro de 1997 a 18,1% em março de 1998; tomando como referência a taxa de desemprego aberta, medida pela PME-IBGE para o Brasil, o crescimento é ainda maior, passando a taxa de 4,84% em dezembro de 1997 para 8,18% em março de 1998), colocou uma ênfase enorme nas relações entre a política macroeconômica adotada e os seus efeitos sobre o mercado de trabalho no país.

Não se trata aqui de simplificar a análise do problema do desemprego, reduzindo-o a uma relação inversa automática com a taxa de crescimento da economia, e apontando para o crescimento econômico do país como uma saída automática para a geração dos empregos em número suficiente tanto para empregar a população jovem que vai se incorporando à PEA, como para reduzir o estoque dos já desempregados no país. Ao contrário, qualquer análise mais acurada do comportamento do mercado de trabalho em vários países do mundo mostra que não basta o crescimento da economia para solucionar a questão do emprego.

A pauta de discussão para a solução do problema envolve desde medidas institucionais, como a proteção contra a dispensa arbitrária e a redução da jornada de trabalho, até uma série de incentivos ao trabalho comunitário, ao trabalho cooperado e aos pequenos negócios familiares, seja na cidade seja no campo - o que, no caso brasileiro, acaba por colocar a reforma agrária como um ponto importante de apoio para a solução do problema do emprego, não apenas pelo assentamento possível de centenas de milhares de famílias, como principalmente pela perspectiva de reflorescimento das pequenas e mé-

dias cidades do interior, além do conjunto de necessidades de oferta de infra-estrutura e serviços, com a possibilidade de pequenos e médios negócios que podem ser gerados.

Entretanto, há que se reconhecer que o crescimento econômico é uma precondição fundamental para ajudar a criar um quadro em que seja possível atacar com consistência o problema grave do desemprego no país. E, nesse sentido, a reação dos gestores da política econômica brasileira ao impacto das turbulências financeiras internacionais no país, em outubro do ano passado, face à fragilidade externa do país e à crônica dependência de capitais internacionais voláteis que esses mesmos gestores ajudaram a construir no passado recente, mostra que a administração do problema pode ser ainda mais complicada do que poderia ser inicialmente visualizado.

Além de se emaranhar em uma armadilha de dependência externa que impede qualquer veleidade de crescimento mais acelerado, posto que este pode agravar o déficit no balanço de transações correntes e ampliar a necessidade de captação de capitais externos voláteis, cada vez mais dificultada pelo cenário internacional, as autoridades econômicas têm pisado no freio do crescimento econômico. Desta forma, de um patamar de crescimento do PIB de cerca de 5,5% ao ano no período 93/94, o país passou para um patamar de cerca de 3% no período 96/97. As estimativas para 98 eram de um crescimento máximo de 1,5% do PIB, antes do agravamento da quadro financeiro internacional em meados de agosto, com a eclosão da crise russa e seus previsíveis impactos na Europa e nos chamados "mercados emergentes".

No mesmo período, o desemprego sobe de um patamar de 5% em 93/94 para 5,5% em 96/97 e atinge quase 8% no primeiro quadrimestre de 98, medido pela PME-IBGE. Se utilizarmos a PED-Seade/Dieese para a

Região Metropolitana de São Paulo, a evolução é de 14,5% em 93/94 para 15,5% em 96/97, apontando para quase 18% no primeiro quadrimestre de 98.

A reação dos setores responsáveis pela política trabalhista do governo tem sido, em geral, como mostramos a seguir, apontar no mesmo sentido, aprofundando a flexibilização das relações de trabalho e receitando, face ao agravamento da situação, mais do mesmo remédio, o que até agora não tem demonstrado eficácia.

De fato, da medida provisória que institui a participação nos lucros e/ou resultados (PLR, que é uma das formas de institucionalização do salário variável), em fins de 1994, e reeditada mês após mês desde então, à criação do contrato de trabalho por prazo determinado ("emprego temporário") e do banco de horas no segundo semestre de 97, às recentes ampliações do prazo de compensação do banco de horas e à regulação do trabalho a tempo parcial (que não exceda 25 horas de jornada semanal), além de outros pontos colocados na agenda de discussão, como a suspensão temporária do contrato de trabalho ("desemprego temporário", ou *lay off*), as medidas oficiais têm caminhado coerentemente no mesmo sentido.

Os resultados, entretanto (tirando os do último e recente "pacotinho", editado através de medida provisória no início de agosto de 98 e que ainda não teve tempo de fazer efeito, não sendo portanto passível de avaliação) são bastante desanimadores - e o mesmo pode ser imaginado para a recente medida provisória, posto que aponta no mesmo sentido geral. De fato, como mostrado anteriormente, o desemprego, medido por qualquer um dos índices, só fez crescer nesse mesmo período. O resultado é previsível, pois é mais consequente que o emprego se ajuste ao nível de atividade do que à flexibilidade do mercado de trabalho. Por outro lado, é importante apontar que,

mantido, aumentado ou reduzido o nível de emprego, tal conjunto de medidas terá certamente efeito no sentido de precarizar ainda mais o emprego no país, contribuindo para piorar a sua qualidade.

Desta forma, poderíamos ter ao final do processo não uma ampliação da geração de empregos, mas uma substituição de empregos de boa qualidade por empregos precários. Ou seja, temos incertezas quanto à eficácia desse tipo de medida para gerar empregos, mas podemos ter certeza quanto à sua capacidade de piorar a qualidade do emprego no país. Assim, ao invés de resolver o problema do emprego, estaremos, de certa forma, agravando-o.

Talvez seja importante insistir em uma correção de rumos, se o objetivo efetivo é reduzir o desemprego, e não precarizar o emprego ou simplesmente reduzir o custo da mão-de-obra no país. O agravamento recente da crise financeira internacional e a explicitação das fragilidades da estrutura econômica brasileira, desenhada a partir de 1994 para depender fundamentalmente da entrada de capitais externos voláteis (o que supunha inclusive uma avaliação sobre o cenário de liquidez internacional que poucos hoje sustentariam seriamente) pode ser um bom momento para retomar essa discussão a fundo, alterando uma trajetória que, além de penosa e arriscada, se mostra cada dia mais inviável. Responder a duas questões simples pode ajudar a definir um balizamento para equacionar o problema: crescer é importante? Seguir dependendo de um fluxo de capitais financeiros externos crescente é possível neste cenário internacional?

As respostas a essas duas questões simples podem apontar no futuro próximo quais serão as dimensões do desemprego no país.

Adhemar dos Santos Mineiro é membro da direção executiva colegiada do Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (Sindeccon-RJ).

## SEMINÁRIO

# Novas dimensões da globalização

## Ciclo de palestras

Dias: 9, 10 e 11 de setembro de 1998 • Horário: de 18:30h às 21:00h  
Local: auditório do Clube de Engenharia (Av. Rio Branco 124, 25º andar)

VAGAS  
LIMITADAS

**Objetivo:** O tema da globalização está na ordem do dia e vem sendo enfocado dos mais diversos pontos de vista, o que às vezes leva a abordagens confusas e imprecisas, em detrimento do esclarecimento do conceito. Nesse encontro introduziremos as novas dimensões da questão ao abordar a crise financeira nas várias regiões, particularmente a crise asiática; a complexidade da crise do campo socialista na Europa e na África; a emergência das economias continentais que desestabilizaram o equilíbrio mundial e a hegemonia norte-americana. E, por fim, pretendemos realizar um balanço do conceito da globalização do ponto de vista crítico, com rigor teórico inquestionável, que permita interpretar as profundas transformações políticas ocorridas no final do século. Para realizar esse ciclo de palestras, convidamos pesquisadores das mais diversas regiões, capazes de oferecer um enfoque amplo, plural e objetivo das novas dimensões da globalização.

### PROGRAMA

**09 de setembro - 18:30h às 21:00h**

#### I - A EMERGÊNCIA DAS ECONOMIAS CONTINENTAIS

**Gao Xian** - China - secretário do Centro de Estudos do Terceiro Mundo da Academia de Ciências da China/Beijing  
**Amyar Bagchi** - Índia - diretor do Centro de Estudos em Ciências Sociais/Calcutá  
**Sergei Duaynev** - Rússia - Universidade Lomonosov - Moscou (a confirmar)  
**Ignacy Sachs** - França - Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais/Paris  
Coordenador: João Paulo de Almeida Magalhães - presidente do IERJ

**10 de setembro - 18:30h às 21:00h**

#### II - A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

**Pierre Salama** - França - Universidade de Paris  
**Gerard Kebabjan** - França - Universidade de Paris VIII  
**Akira Takahashi** - Japão - Universidade Kohushikan/Tóquio  
**José Carlos Miranda** - IE/UFRJ  
Coordenador: Reinaldo Gonçalves - vice-presidente do Corecon-RJ

**11 de setembro - 18:30h às 21:00h**

#### III - HÁ UMA TEORIA DA GLOBALIZAÇÃO?

**Michel Beaud** - França - presidente de honra do Grupo de Estudo sobre Economia Mundial e Desenvolvimento (Gemdev) da Universidade de Paris  
**Javier Martinez Peinado** - Espanha - Universidade de Barcelona  
**Theotônio dos Santos** - Brasil - diretor do Mestrado em Economia da UFF e coordenador da Cátedra Unesco e Rede Unesco - Universidade das Nações Unidas sobre Economia Mundial e Desenvolvimento Sustentável  
**Gregório Vidal** - México - diretor do Forum do Terceiro Mundo (a confirmar)  
**Wanderley Guilherme dos Santos** - IUPERJ  
Coordenadores: **Luiz Carlos Prado** - presidente do Cofecon  
**Adhemar dos Santos Mineiro** - presidente do Corecon-RJ  
Coordenação Geral: **Theotônio dos Santos** - diretor do Mestrado em Economia da UFF  
**Luiz Antonio Elias** - Conselho Federal de Economia

#### TRADUÇÃO SIMULTÂNEA

**INSCRIÇÕES:** CORECON-RJ, tel. (021) 224-0578, fax (021) 509-8121  
**PROMOÇÃO:** Cofecon, Corecon-RJ, Sindecon-RJ, IERJ, Colégio Brasil, Cátedra Unesco e Rede Unesco, Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, NUSEG / UERJ  
**APOIO:** Clube de Engenharia

\* Nomes de conferencistas poderão sofrer alterações.

### PERFIL DO ECONOMISTA

#### O Economista junto à Sociedade

Com o apoio e divulgação da pesquisa **Perfil dos Economistas**, o Corecon-RJ está preparando campanha de divulgação sobre o papel do economista na sociedade, junto aos alunos de Ciências Econômicas das universidades do estado do Rio e a escolas de segundo grau do estado. No que se refere às universidades, os departamentos de Economia estão sendo contatados para agendar os eventos. No segundo caso, aguardamos apenas o envio pela Secretaria de Educação do Estado da relação de instituições de ensino do Segundo Grau para que possamos remeter a pesquisa e agendar as visitas de conselheiros a cada uma das interessadas. Contatos no Corecon: Secretaria de Assuntos Institucionais, telefone 224-0578.

### MONOGRAFIA DO TESOURO NACIONAL

A Escola de Administração Fazendária (Esaf) está promovendo o 3º Prêmio de Monografia Tesouro Nacional, cuja finalidade é estimular a pesquisa na área de finanças públicas. Poderão concorrer trabalhos individuais e de grupos. Cada candidato poderá apresentar apenas um trabalho, sobre um dos temas: dívida pública, tópicos especiais de finanças públicas ou sistemas de informação sobre a administração financeira pública. A premiação será de R\$ 10 mil, R\$ 5 mil e R\$ 2.500,00 para os três primeiros colocados, respectivamente. O edital completo está afixado no mural do Corecon-RJ e mais informações poderão ser obtidas no Ministério da Fazenda, Esaf, fax (061) 412-6016, e-mail [jgomesg@fazenda.gov.br](mailto:jgomesg@fazenda.gov.br).

## ARTIGO

# A terciarização da economia brasileira - 1985/1995

Por Hildete Pereira de Melo, Frederico Rocha, Galeno Ferraz, Alberto Di Sabbato e Ruth Dweck

No Brasil, as atividades do setor Serviços respondem por parcelas significativas da geração do emprego e da renda, num fenômeno idêntico ao ocorrido nas economias desenvolvidas. A evolução da estrutura do emprego e do PIB por grandes setores econômicos apresenta traços de terciarização comuns, ou seja, declínio das atividades agropecuárias e expansão da indústria e dos serviços. Dessas características, a mais manifesta foi o crescimento do emprego no setor serviços. Essa tendência é, de maneira similar, a mesma observada nos países desenvolvidos. A trajetória de crescimento dos serviços parece ter sido conseqüência do processo de industrialização e de seu corolário, a urbanização. Nos EUA, esta participação cresceu 10 pontos percentuais (1967/1987), na Alemanha aumentou 14% (1964/1987), no Japão expandiu-se 13,5% (1967/1989). No caso japonês, esse crescimento ocorreu em detrimento do setor agropecuário, enquanto nos casos alemão e norte-americano deveu-se à retração do setor industrial. No caso brasileiro, do pós-guerra até a década de 1970, a economia apresentou uma nítida tendência de concentração nas atividades industriais. A importância relativa da agropecuária decresceu cerca de 36%, enquanto a indústria expandiu-se 44% e os serviços tiveram um crescimento de 2,5% no produto total da economia (*Conjuntura Econômica*/FGV 09/1971). Quanto ao papel desempenhado pela indústria na absorção de mão-de-obra, esta mostrou um crescimento menor do que os serviços, uma vez que entre 1950 e 1960 o número de postos de trabalho industrial expandiu-se cerca de 20% e o setor serviços gerou um pouco mais de 40% de postos de trabalho adicionais. Nessa década, o setor Serviços foi a atividade econômica que absorveu o maior contingente de trabalha-

dores na economia brasileira, representando cerca de 54,7% da população ocupada. Simultaneamente, o setor tem elevado sua participação no PIB, passando de 46,6% em 1985, para 57,2% em 1995. Assim, tanto o incremento da participação no PIB como do emprego tiveram um comportamento semelhante. Os serviços apresentaram uma taxa média anual de crescimento da ocupação significativamente superior à dos demais setores da economia.

A literatura econômica consagra uma íntima relação entre o crescimento da renda e a expansão dos serviços na maioria das economias. Não obstante, a medição e valorização do produto dos serviços é problemática, uma vez que a prestação de serviços na maioria dos casos não se consubstancia em termos físicos. Mesmo assim, os países aceitam os critérios que se utilizam para estimar as informações econômicas das Contas Nacionais ao referir-se à produção deste setor. A dimensão atual que estas atividades têm na economia demonstra que esse crescimento não pode ser estudado como uma etapa, decorrente da substituição da produção industrial pela de serviços, dentro da lógica determinada pelas etapas de crescimento, como foram definidas por Rostow. É necessário explicar as formas, mais do que as causas, deste crescimento. Assim, a busca de uma explicação da evolução da estrutura econômica tem-se detido na relação entre indústria e serviços e em que medida isso constitui um processo inter-relacionado. Os serviços aumentam, mas esta expansão contribui ou não para o crescimento dos demais setores econômicos? Estudo recente, analisando o impacto de choques de demanda na geração de emprego, conclui que os serviços não são setores-chaves, porque impactam pouco os demais setores econômicos (Najberg, S., & Vieira, S.P., "Demanda setorial por

---

"o setor de serviços funciona como um colchão amortecedor. Muitas de suas atividades servem como refúgio para os desempregados da indústria."

---

trabalho: uma aplicação do modelo de geração de emprego" em *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro/Brasília, IPEA, 1997). Mas a literatura econômica ressalva o importante papel dos Serviços na atenuação dos movimentos cíclicos na economia. Esse processo foi observado mundialmente. Evidenciou-se uma maior estabilidade do emprego nos serviços em relação às oscilações da conjuntura econômica, tanto por causa da importante presença da administração pública (saúde, educação, segurança) no setor - cuja oferta depende mais de injunções políticas do que econômicas - como da própria configuração do mercado de produto das demais atividades de Serviços. Com baixa intensidade de capital e predominância de pequenos estabelecimentos, os Serviços têm uma estrutura setorial difícil de ser monitorada por órgãos governamentais. De outro lado, algumas de suas atividades não têm barreiras à entrada relevantes. Dessa maneira, os serviços estão mais sujeitos à absorção da mão-de-obra expulsa de outros setores produtivos e que não encontram postos de trabalho nos segmentos mais formalizados da economia. Os serviços assumem, assim, uma função de colchão amortecedor, muitas de suas atividades servindo como refúgio dos desempregados da reestruturação industrial.

A importância das atividades terciárias como absorvedoras de mão-de-obra pouco qualificada é explicada por dois movimentos distintos. Por um lado, no processo de desenvolvimento, a expansão da produção industrial e da agropecuária exigiu um aumento das atividades de distribuição de mercadorias e dos serviços financeiros, ramos de atividades

estritamente relacionados com a produção de bens. Neste caso, a expansão destes serviços seria uma resposta ao próprio processo de desenvolvimento. De outro lado, a urbanização nos países periféricos foi acompanhada, de modo geral, pelo aumento da força de trabalho nos serviços e na construção civil, dada a menor capacidade de geração de postos de trabalho pela indústria de transformação. Desta maneira, a recepção da mão-de-obra de migrantes de baixo grau de qualificação que buscaram a cidade foi realizada pelas atividades mais tradicionais do comércio e da prestação de serviços pessoais.

O crescimento das atividades terciárias na economia brasileira pode ser observado no gráfico 1. Nota-se que a agropecuária e a indústria extrativa mineral tiveram taxas negativas de crescimento da ocupação, a indústria de transformação manteve um taxa média de aumento do número de postos de trabalho em torno de 1,0%, enquanto os serviços e a construção civil apresentaram, respectivamente, 3,8% e 2,8% de crescimento, resultando em uma taxa média de 2,3% para o total da economia. Os serviços e a construção civil sustentaram, portanto, a expansão da ocupação nesta década no Brasil. Assim, o crescimento tendencial do peso da ocupação do setor serviços na ocupação total revela a importância assumida por estas atividades na geração de postos de trabalho ao longo da última década. Todavia, a evolução do emprego nos serviços na década 1985-95 não foi linear. A década apresentou dois movimentos distintos no que se refere à absorção de mão-de-obra: entre 1985 e 1990, a participação da ocupação do setor Serviços na ocupação total cresceu significativamente

## ARTIGO

em todo o país, enquanto entre 1990 e 1995, a sua participação se manteve estável (tabela 1).

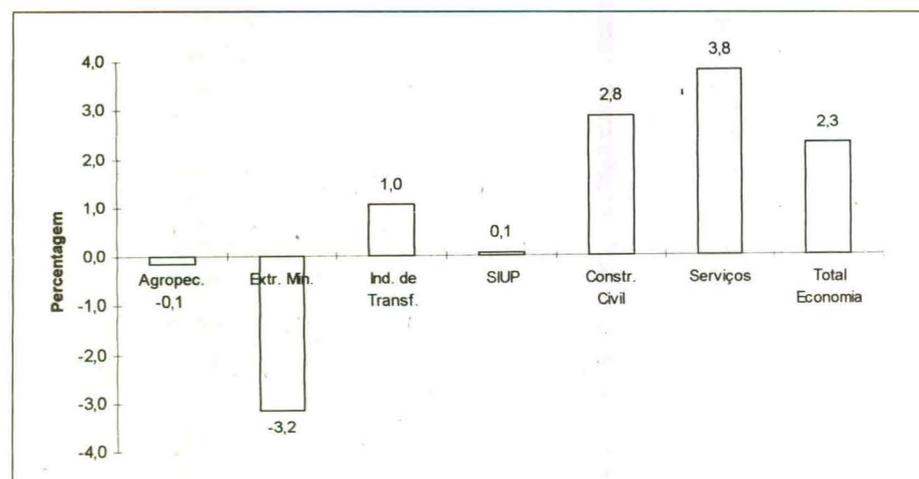
mostram para o período estudado a dinâmica de crescimento interna ao setor serviços. Nos anos 1985/1990,

**TABELA 1 - Brasil - Participação do setor Serviços na ocupação total (%)**

1985	1990	1995
49,3	54,4	54,5

Fonte: PNAD/IBGE

**GRÁFICO 1 - Brasil 1985/1995  
Taxa Média Anual de Crescimento da Ocupação nos Setores Econômicos (%)**



Fonte: PNAD/IBGE

Ao mesmo tempo, o desempenho dos subsetores que compõem o setor Serviços na geração do emprego é bastante heterogêneo. Cuadrado Roura e Rio Gómez (*Los servicios en España*, Madrid, Ediciones Pirámide, 1993) sugerem que, no caso da União Européia, existem comportamentos diferentes quando se consideram os diversos ramos de atividades dos serviços; umas atividades cresceram mais que outras, e dentro de cada uma destas a trajetória do emprego também é diferenciada; por exemplo, a dinâmica é distinta quando se consideram os trabalhadores do setor público e privado. Para a economia brasileira, essa dinâmica também é diferenciada quando o setor serviços é desagregado pelas rubricas das Contas Nacionais: os gráficos 2a e 2b

com exceção de instituições financeiras, todos os subsetores cresceram. No segundo quinquênio a retração é evidente: no rastro das mudanças tecnológicas, o subsetor comunicações cresceu mais que no período anterior, e todos os demais caíram. A queda mais espetacular foi nos transportes: o emprego na atividade praticamente estagnou. Também a diminuição da taxa de crescimento da administração pública demonstra como é importante o desmonte da máquina administrativa governamental no país. As atividades mercantis também sofreram uma grande retração no seu ritmo de crescimento; provavelmente a reorganização das redes de supermercados, lojas de departamento e feiras livres tenha contribuído para esta diminuição.

Analisando a estrutura de ocupação do setor serviços, sob a óptica das Contas Nacionais, como demonstra a tabela 2, observa-se que setorialmente a ocupação apresenta-se com as seguintes características:

a) as heterogêneas atividades classificadas como "outros serviços" são o subsetor responsável pela maior parcela da ocupação (entre 42% e 52%);

b) o peso da administração pública na geração da ocupação no país

da ocupação total dos serviços em 1985 com aquela verificada em 1995 e analisa-se a participação de cada subsetor no aumento da oferta de postos de trabalho do setor serviços. Para a primeira questão, observa-se que em 1995 o setor serviços oferecia um número de postos de trabalho 43% maior do que o constatado para 1985. Os subsetores que mais aumentaram a oferta de postos de trabalho foram o de comércio e "outros serviços". O único que reduziu a oferta

**TABELA 2 - Brasil - Estrutura da ocupação do setor Serviços por subsetor (%)**

Ano	Comércio	Transportes	Comunic.	Inst. Fin.	Adm. Públ.	Out. Serv.
1985	20,95	6,37	0,89	4,76	17,72	49,31
1990	22,09	6,43	0,76	3,52	17,74	49,46
1995	22,53	5,92	0,77	2,36	16,57	51,86

Fonte: PNAD/IBGE

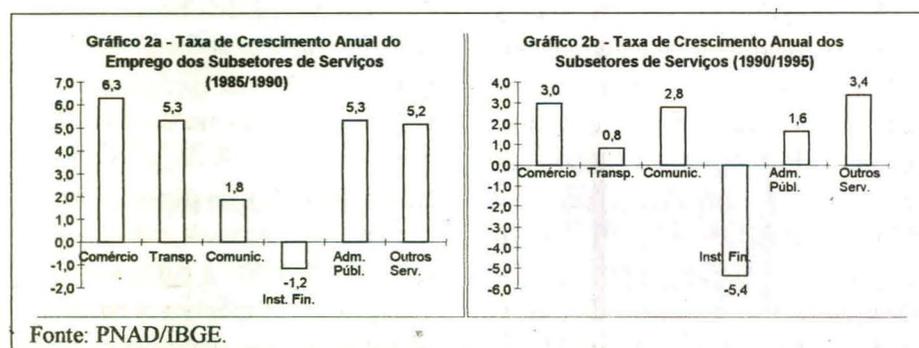
não difere das economias ocidentais, observando-se na década uma ligeira queda;

c) entre 1985 e 1995, o subsetor que apresentou a única redução (cerca de 50%) na participação nos postos de trabalho do setor foi o de instituições financeiras;

d) entre 1985 e 1995, a estrutura da ocupação nos serviços analisada pelos critérios das Contas Nacionais não apresentou modificações radicais.

A tabela 2 apresenta a estrutura do setor serviços pela óptica das Contas Nacionais, mas é preciso avaliar igualmente seu desempenho na geração de postos de trabalho no Brasil. Na tabela 3 faz-se uma comparação

foi instituições financeiras, cuja ocupação encolheu cerca de 30%. Todavia, o impacto desta redução não se mostrou expressivo para o conjunto do setor, por causa do pequeno peso dessas ocupações no total do emprego do setor. Com relação ao segundo ponto, referente ao crescimento dos postos de trabalho, nota-se que dos postos de trabalho existentes no país, em 1995, em relação a 1985, 58% destes foram gerados pela rubrica "outros serviços", 26% pela atividade comercial e 14% pela administração pública. Os serviços de transportes e comunicações contribuíram muito pouco para a oferta de novos postos de trabalho (5% e 0,5%, respectivamente).



Fonte: PNAD/IBGE.

**TABELA 3 - Brasil - Setor Serviços Indicadores de Participação e Geração de Ocupação (1995/1985) (%)**

Subsetor	Varição Percentual da Ocupação	Contribuição Percentual para o aumento de postos de trabalho
Comércio	53,55	26,21
Transportes	32,66	4,86
Comunicações	24,03	0,50
Instituições Financeiras	-29,28	-3,25
Administração Pública	33,53	13,88
Outros Serviços	50,18	57,80
Total dos Serviços	42,80	100,00

Fonte: PNAD/IBGE

ARTIGO

CONCLUSÕES

O setor serviços teve um crescimento espetacular na geração do emprego e da renda na economia mundial e nacional. No Brasil, na última década, foram essas atividades que mais expandiram o emprego, tanto em termos absolutos como em relação ao seu próprio tamanho. Esse processo de terciarização da economia brasileira foi marcado pela dualidade: expandiram-se tanto os serviços tradicionais como os novos serviços. O avanço da industrialização processou-se ao lado da agropecuária e de serviços tradicionais, denotando um desequilíbrio que parece constituir uma característica do desenvolvimento econômico dos países periféricos, onde coexistem setores econômicos modernos e tradicionais. Na última década, a absorção de mão-de-obra pelo setor serviços apresentou duas dinâmicas distintas: cresceu significativamente entre

1985/1990 e manteve-se estável entre 1990/1995. Apesar de incorporarem uma parcela crescente de trabalhadores, as diversas atividades do setor serviços tiveram comportamentos diferentes. Mesmo assim, comércio e administração pública têm um peso significativo na estrutura de ocupação do setor e na grande rubrica "outros serviços" (cuja miscelânea de atividades torna sua análise mais complexa) tem-se o serviço doméstico remunerado como o grande bolsão de abrigo dos trabalhadores pouco qualificados. Essas atividades, responsáveis por cerca de metade do emprego no setor, tiveram pequenas perdas nas suas taxas de participação na estrutura ocupacional brasileira. Para o setor serviços houve uma mudança radical na posição da ocupação, com um aumento da proporção de trabalhadores por conta própria e sem carteira; expansão portanto, de relações informais na economia, confir-

mando a idéia de que o setor serviços, pelas suas características é um "colchão" anticíclico. Embora com marcas perversas, o crescimento da ocupação nos serviços também revela o novo. Os serviços da fronteira da microeletrônica expandiram-se na década, como mostra o comportamento do segmento de técnicos profissionais e hospedagem/alimentação. Houve no setor uma flexibilização das relações trabalhistas. Com exceção dos serviços prestados às empresas, há fortes indícios de que o crescimento dos serviços no Brasil na última década foi mais uma resposta à crise do emprego na economia que uma consequência da evolução econômica.

Hildete Pereira de Melo, Frederico Rocha, Galeno Ferraz, Alberto Di Sabato e Ruth Dweck são professores da Faculdade de Economia da UFF e pesquisadores no Convênio IPEA/UFF sobre o Setor Serviços no Brasil. Este estudo foi financiado pelo Departamento de Serviços do MICT.

ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e IERJ - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas às segundas-feiras, das 10h às 13h, na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone 224-0578), de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

**Du quero ser amigo do Ibase**

• Forma de contribuição ( ) trimestral ( ) semestral

• Valor de contribuição  
 ( ) R\$ 30,00 ( ) R\$ 50,00 ( ) R\$ 100,00 ( ) Outro R\$ \_\_\_\_\_

• Contribuição eventual no valor de R\$ \_\_\_\_\_

• Dados pessoais:

Nome: \_\_\_\_\_ CIG: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

Fax: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_ Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

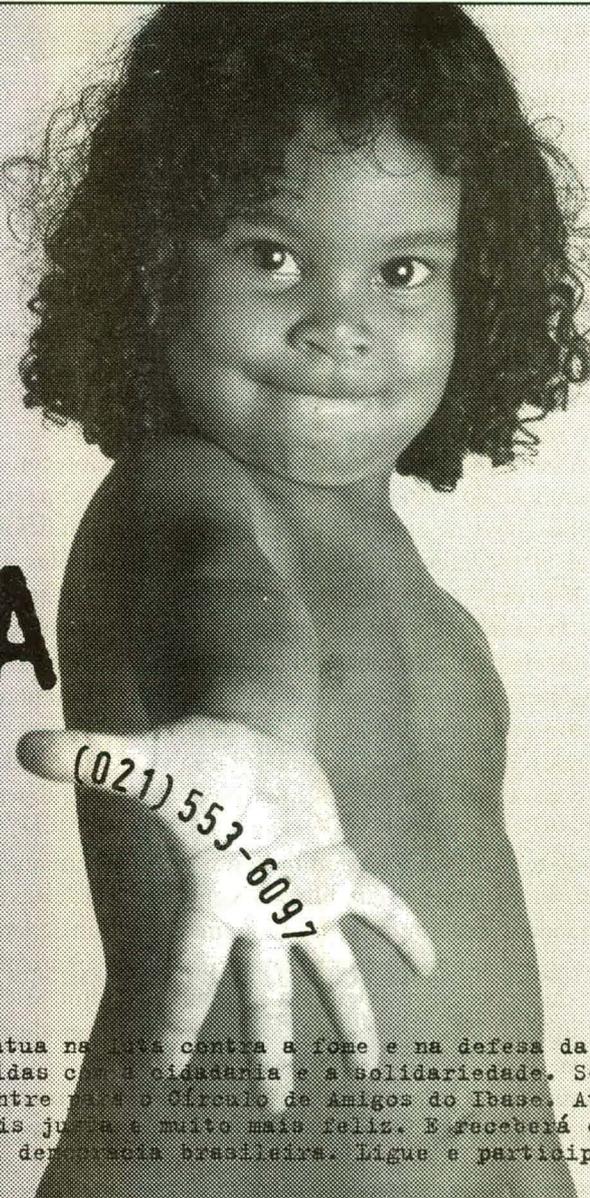
Área de interesse: \_\_\_\_\_ Ocupação/Profissão: \_\_\_\_\_

Tomou conhecimento do Círculo de Amigos do Ibase através de: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Enviar para: Rua Visconde de Ouro Preto, nº5 - 7º andar - Botafogo CEP: 22.250-180 - Rio de Janeiro, RJ - Tel: (021) 553-6097 Fax: (021) 553-3696 - e-mail: ibase@ax.apo.org

# A LINHA DA VIDA



(021) 553-6097



**iBase**  
 Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Mônica Mac Gaudin

Foto: Levindo Carneiro

PUBLICIS NORBON

Este é o telefone do Ibase, instituição criada por Betinho, que atua na luta contra a fome e na defesa da vida. E o Ibase está à procura de amigos. Pessoas especiais e comprometidas com a cidadania e a solidariedade. Se você acredita que só a participação cidadã é capaz de mudar um país, entre para o Círculo de Amigos do Ibase. Através de sua contribuição estará ajudando a construir uma sociedade mais justa e muito mais feliz. E receberá em sua casa informações sobre projetos e campanhas de fortalecimento da democracia brasileira. Ligue e participe.

## LANÇAMENTOS

# Cadernos de Política Monetária e Mercado Financeiro



Da esquerda para a direita: Valéria Arêas Coelho, Fernando Carlos Cerqueira Lima, Lauro Vieira de Faria e Nelson Le Cocq

As entidades representativas dos economistas do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Ierj e Sindecon-RJ - lançaram, no dia 19 de agosto, os *Cadernos de política monetária e mercado financeiro*, uma publicação bimestral orientada para o fomento da reflexão crítica e que vincula a atividade profissional do economista aos destinos da sociedade brasileira. A primeira edição traz artigos inéditos dos economistas Nelson Le Cocq (coordenador do projeto), Nelson Chalfun, Sérgio Goldenstein, Eduardo Werneck Ribeiro de Carvalho e Fernando Carlos Cerqueira Lima, com apresentação do presidente do Corecon-RJ, Adhemar dos Santos Mineiro.

O lançamento dos *Cadernos de política monetária e mercado financeiro* foi precedido do debate sobre "Sistema financeiro e desenvolvimento", realizado no Clube de Engenharia, com a participação de Lauro Vieira de Faria, redator-chefe da revista *Conjuntura Econômica* da FGV, Valéria Arêas Coelho, superintendente técnica da Andima, e Fernando Carlos Cerqueira Lima, professor da UFRJ, com a mediação do conselheiro Nelson Le Cocq.

Desregulamentação e globalização — enfatizou o presidente do Corecon-RJ, Adhemar Mineiro na apresentação do primeiro volume dos *Cadernos* —, vêm sendo apresentadas como as palavras-chave de um novo e inexorável modo de funcionamento da economia mundial. Só recentemente, dadas as perceptíveis mazelas atravessadas por um conjunto de países — em particular na Ásia, mas também aqui na América Latina —, é que se esboça uma reflexão crítica no seio dos próprios organismos internacionais responsáveis pela generalização das premissas ora em voga. Crises cambiais, crises bancárias, crises sociais decorrentes do redirecionamento de prioridades nos orçamentos governamentais, são estes os novos contornos que revestem a análise econômica internacional. Instabilidade, vulnerabilidade e volatilidade se apresentam como traços inerentes ao atual modo de funcionamento dos mercados globalizados.

Os *Cadernos* e o debate são resultado do acompanhamento atento e permanente dessas mutações do mercado financeiro, em seus diversos segmentos, pelo grupo de trabalho formado pelas entidades representativas dos economistas no Rio de Janeiro. Em reuniões semanais, esses grupos materializaram a proposta básica de estruturação de um veículo de enlace entre a pesquisa econômica, os profissionais atuantes em diversas instituições financeiras e, ainda, os estudantes de graduação com interesse nessa temática.

Os interessados em adquirir os *Cadernos de política monetária e mercado financeiro*, ou cópia em vídeo do debate "Sistema financeiro e desenvolvimento", devem ligar para o Corecon-RJ (telefone 224-0578) ou enviar E-mail para coreconrj@ax.apc.org.



## As Sete Bestas do Fim do Mundo

Vivemos tempos de tragédias bíblicas, tempos de tragédias que ameaçam a sobrevivência e a paz de espírito de grande parte da humanidade e de quase todo o povo brasileiro. Tempos em que as Sete Bestas do Fim do Mundo vigiam o trono do Príncipe, guardando segredos terríveis que se escondem por trás de sete selos. O jornalista e economista J. Carlos de Assis penetra nas cavernas do capitalismo selvagem e desvenda esses segredos em livro a ser lançado brevemente (*As sete bestas do fim do mundo*, ANC Editorial).

Numa linguagem marcada por forte indignação, que guarda certa semelhança com a do notável escritor português José Saramago, candidato ao Prêmio Nobel (de Literatura, é claro), J. Carlos de Assis revela nesta virada do milênio os segredos dos sete selos que escondem os males que se abatem sobre as tribos tropicais — vítimas de uma economia política que faz da perversidade social sua marca registrada.

O primeiro selo esconde as taxas de juros extorsivas, que, a pretexto de manter a estabilidade da moeda, torna os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. O segundo selo encobre o déficit público, que o governo do Príncipe quer combater cortando despesas em vez de aumentar receitas pela cobrança de impostos dos que são abastados e podem contribuir para o Erário sem empobrecer. O terceiro selo, quando arrancado, revela a face assustadora do Estado mínimo, tese que sintetiza os desejos mais profundos dos que defendem o darwinismo social — ou seja, a sobrevivência dos mais fortes e o abandono à própria sorte dos que não se adaptam ao mundo do extermínio globalizado.

Chegou o momento de desvelar o quarto selo. Quando seu segredo é revelado, surge a besta-fera da privatização em favor de poucos, da formação de monopólios privados que transformarão os novos donos das antigas empresas estatais em uma casta de intocáveis, marajás que ganharão rios de dinheiro explorando a dependência da população diante de produtos e serviços essenciais.

O quinto selo coloca em cena, com as narinas em fogo, a besta do apocalipse da inserção passiva das tribos do Sul na globalização. Essa maldição, vista como inevitável, acaba servindo de desculpa para justificar diversas iniquidades que se abatem sobre as populações do Sul: desemprego, cortes de gastos sociais, concentração da renda e da riqueza, etc. Aliás, o desemprego crescente, a inserção precária e informal no mercado de trabalho, o chamado horror econômico, se escondem sob o sexto selo.

Mas, o Príncipe não parece se comover com tal circo dos horrores. Perante tantos dramas, diante de tantas iniquidades, ele repete sempre a mesma receita (que o sétimo selo esconde): aguardai as reformas, aguardai as reformas! Diante disso, o anjo se rebelou contra o Príncipe. Após romper todos os cadeados, o anjo tomou as sete chaves que protegem os sete selos e, tendo fulminado as bestas do fim do mundo, passou a questionar todas as verdades estabelecidas do Príncipe. Ou seja, J. Carlos de Assis aproveita a presença desse anjo exterminador do Príncipe e suas bestas e traça, então, as bases de uma nova economia política, em que questiona todos os pilares da perversidade estabelecida.

Os homens de boa-fé certamente apreciarão o livro de J. Carlos de Assis, que rejeita o círculo de ferro da globalização excludente, a maldição bíblica que supostamente condenaria ao fogo do inferno os rejeitados pelo Príncipe. Mas, até mesmo os fariseus e os que carregam uma serpente no lugar do coração têm muito a aprender com esse jornalista e economista que não tem medo de enfrentar, em linguagem clara, sem subterfúgios, os desafios do seu tempo.

Ricardo Bueno  
Jornalista

### FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS: O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de setembro.

## DIA DO ECONOMISTAS

## Comemoração do Dia do Economista

Existem condições objetivas para implantar um novo projeto histórico integrando o que de melhor a humanidade criou nos últimos 5 mil anos. Esse projeto teria como base a utilização da tecnologia da informática para realizar o planejamento mundial das necessidades das populações e a utilização da quantidade de trabalho como critério de definição do valor das remunerações, independentemente do grau de qualificação de cada trabalhador. A tese é defendida pelo economista Heinz Dieterich, professor da Universidade Autônoma Metropolitana do México.

A palestra do economista alemão radicado no México, no Clube de Engenharia, fez parte da comemoração do Dia do Economista (13 de agosto), promovida pelas entidades de economistas - Corecon-RJ, IERJ e Sindicato dos Economistas. Dieterich aproveitou a oportunidade para lançar no Brasil o livro *Fim do capitalismo global, o novo projeto histórico*, de sua autoria e de Arno Peters, Carsten Stahmer e Raimundo Franco. Dieterich voltará ao Brasil para lançar outro livro, em setembro (que também conta com o apoio das entidades dos economistas), desta vez em parceria com Noam Chomsky, no qual o famoso intelectual norte-americano analisa a política dos Estados

Unidos em relação à América Latina.

Para Heinz Dieterich, dois caminhos tradicionais que se colocam para viabilizar o desenvolvimento da América Latina. Um dos caminhos seria imitar o exemplo dos "tigres asiáticos", como já chegaram a recomendar até o Banco Mundial e o FMI, e promover uma estratégia de industrialização acelerada com base num grande esforço exportador. "Acontece que os tigres estão virando gatos e ninguém pode mais apostar no sucesso de sua estratégia. Estratégia que, aliás, chegou a exigir 50 anos de autoritarismo. A outra estratégia é a política neoliberal. Ora, esta já vem revelando seu fracasso. O neoliberalismo provocou um aumento das desigualdades sociais e do desemprego e uma expansão enorme das dívidas interna e externa. Essas evidências vêm retirando a legitimidade política do neo-liberalismo, que por isso está perdendo rapidamente apoio na América Latina."

Diante disso, Heinz Dieterich observou que governos como o de Carlos Salina de Gortari, no México, de Menem, na Argentina, e de Fujimori, no Peru, marcados pela corrupção e promotores da desigualdade social, já não interessam mais às forças dominantes. Tais administrações deveriam, portanto, ser substituídas por administrações de

Da esquerda para a direita: arquiteto Celso Evaristo, Adhemar dos Santos Mineiro e Heinz Dieterich



FOTO: JOÃO DIAZ

homens honrados, comandando coalizões de centro-esquerda. "Esta é a proposta de Mangabeira Unguer, no Brasil, e de Jorge Castañeda, no México. Acontece que essa ilusão socialdemocrata não tem bases sólidas de sustentação. A social-democracia só pode prosperar onde há riqueza. E o que existe na América Latina é miséria."

Ao abrir o debate do Dia do Economista, o presidente do Corecon-RJ, Adhemar dos Santos Mineiro, lembrou que estava sendo lançado o concurso para a elaboração do projeto preliminar da Casa do Economista, que será construída em outro andar do mesmo prédio em que o Conselho já se localiza atualmente. "A Casa do Economista poderá ser um passo importante para a unificação orgânica das entidades dos economistas

(Ierj, Corecon e Sindicato dos Economistas), que já trabalham conjuntamente o tempo todo. Há ainda obstáculos institucionais a superar para promover a unificação, mas aos poucos vamos chegar lá. E, no que diz respeito à Casa do Economista, sua concretização representará uma velha aspiração do Movimento de Renovação dos Economistas, que, para concretizá-lo, vai contar com a colaboração do Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro, que ficará responsável pela elaboração do futuro concurso."

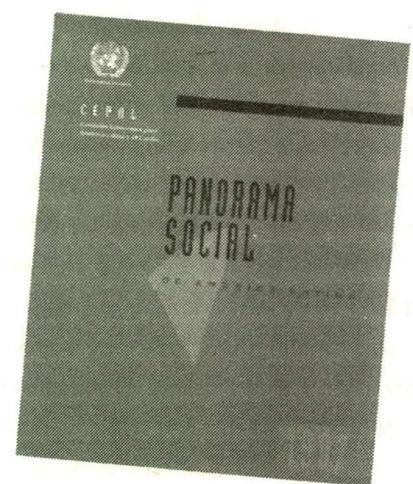
O representante do Sindicato dos Arquitetos, Celso Paris, presente à comemoração do Dia do Economista, considerou a iniciativa do Corecon-RJ um passo para a democratização do exercício profissional e do mercado de trabalho dos arquitetos.

## LANÇAMENTO

O *Panorama Social de América Latina*, publicação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), será apresentado no Brasil em três estados, resultado de uma iniciativa conjunta do Conselho Federal de Economia, Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, Conselho Regional de Economia da Bahia e Conselho Regional de Economia de São Paulo com aquela comissão. Reflete um intercâmbio entre instituições e uma integração do Sistema Cofecon/Corecon's.

Para a apresentação, estarão nos três estados o diretor da Divisão de Estatística e Projeções Econômicas, Pedro Sáinz, e o diretor da Divisão de Desenvolvimento Social da Cepal, Rolando Franco. O *Panorama Social de América Latina* oferece uma avaliação anual dos aspectos mais destacados da evolução latino-americana, com especial importância para a igualdade. Alguns dos temas examinados habitualmente são o emprego, a distribuição de renda, a pobreza, a educação, a situação de jovens e das crianças e os investimentos sociais.

A publicação responde a perguntas como: a política social pode superar, por si só, a desigualdade na América Latina? Os intensos esforços realizados na região para dar acesso à educação primária e secundária para a maioria da população têm modificado a situação relativa de pais e filhos quanto a anos de estudo e acesso ao trabalho? Estas perguntas são respondidas mediante a análise do papel que poderiam desempenhar as políticas de emprego, patrimoniais e demográficas a favor de maior igualdade social. Esclarecem, também, as dúvidas sobre a importância que a crise dos anos 80 e a lenta expansão do produto interno bruto nos anos 90 tiveram no crescimento da força de trabalho feminino, e como isso vem alterando a estrutura do mercado de trabalho. O *Panorama Social* será apresentado nas datas em destaque, ao lado.



Informações pelo telefone:  
(021) 224-0578  
ou pelo fax (021) 509-8121

## ENTREVISTA

# José Carlos Miranda

## *Semelhanças e diferenças entre Ásia, Rússia e Brasil*

José Carlos Miranda dirigiu durante quatro anos o Centro de Estudos de Relações Internacionais da Universidade Estadual de Campinas, de onde retornou ao Rio de Janeiro para tornar-se professor do Instituto de Economia da UFRJ. Autor de inúmeros artigos, publicou recentemente “Dinâmica financeira e política macroeconômica” no livro *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, organizado por Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (Editora Vozes, 1977), e “A dinâmica financeira da crise asiática”, na revista *Política externa* (v. 6, n. 4, março de 1998). Nesta entrevista ao *Jornal dos Economistas*, faz um apanhado das características mais relevantes da economia internacional contemporânea, cujas ondas de instabilidade ameaçam atingir duramente o Brasil.

**JORNAL DOS ECONOMISTAS:** Como você vê a instabilidade que perpassa a economia internacional?

**JOSÉ CARLOS MIRANDA:** Na América Latina, no Leste da Europa e na Ásia, assistimos nos últimos anos – e continuamos a assistir – aos desdobramentos decorrentes das transformações havidas no capitalismo com a ruptura da ordem de Bretton Woods.

**JE:** Que transformações foram essas?

**MIRANDA:** A primeira foi a mudança do regime cambial, com a adoção, pela Tríade [Estados Unidos, Japão e Alemanha], de um regime de flutuação entre o dólar, o iene e o marco. Isso ensejou uma volatilidade que ninguém esperava nas paridades (nominais e reais) entre as moedas. Nos anos 90, entraram em crise países europeus (Itália, França, Reino Unido), latino-americanos e asiáticos que, por alguma razão, optaram por manter o câmbio fixo, ou com bandas de flutuação muito estreitas, em relação a alguma das três moedas-chaves.

A segunda transformação relevante, realizada ao longo dos anos 70 e 80, foi a desregulamentação das taxas de juros e a de-segmentação dos mercados financeiros, desenvolvi-

mentos de mercado que também representaram uma ruptura radical em relação ao capitalismo de Bretton Woods. Antes, como regra geral, os bancos comerciais e de crédito hipotecário, as seguradoras, as corretoras e as demais instituições tinham funções específicas e atuavam em segmentos diferenciados. A principal exceção ficava por conta da Alemanha, onde sempre existiram bancos universais, com departamentos especializados. Havia uma nítida distinção entre os mercados monetário, financeiro e cambial, que funcionavam isolados uns dos outros. A liberalização dos controles sobre o câmbio e a de-segmentação dos mercados misturaram tudo. Entre outras conseqüências, isso abriu a possibilidade de ganhos de arbitragem para quem atua em distintos mercados ou em vários segmentos de um mesmo mercado nacional, onde se pagam e se recebem taxas de juros diferentes.

**JE:** As operações financeiras se tornaram, por isso, mais sofisticadas. Quais as conseqüências?

**MIRANDA:** Com a alteração do regime cambial, a de-segmentação dos mercados financeiros e a liberalização das contas de capital dos balanços de pagamentos, os mercados futuros proliferaram. Nesse con-

texto, por precaução ou por necessidade de *hedge*, o mercado começou a inovar, criando uma série de “produtos” voltados para proteger as empresas e as instituições contra movimentos inesperados nos juros e no câmbio. As fronteiras entre operações de *hedge*, de arbitragem e de especulação, que eram nítidas, ficaram borradas. Esses processos estão na base dos acontecimentos vividos pela Europa em 1992 e 1993, pelo México em 1994 e pelo Sudeste Asiático, Rússia e, novamente, a América Latina, desde agosto último.

**JE:** Qual a relação entre as inovações financeiras e as crises?

**MIRANDA:** As inovações aumentaram enormemente as operações nos mercados cambiais. Hoje, o *turn-over* diário nesses mercados fica em torno de US\$ 1,3 trilhão. Além disso, há um enorme mercado de captação de curto e médio prazos, via bancos e lançamentos de títulos. Quando os ciclos de negócios atingem o meio de sua expansão, o crédito – bancário ou securitizado – tende a se dividir entre as órbitas produtiva e financeira, e muitas vezes a oportunidade de ganhos nesta última é maior.

Os ciclos de negócios passam a não ter auges tão elevados quanto antigamente, o que limita o cresci-

mento do produto e do emprego. Além disso, a esses ciclos de negócios, muitas vezes se acoplam ciclos de valorização de ativos – também financiados por capitais de todo o mundo –, aumentando a vulnerabilidade do balanço de pagamentos dos países. Crescem, por exemplo, os passivos externos em divisas.

**JE:** Em que momentos essa vulnerabilidade se torna crítica?

**MIRANDA:** O que mede o grau de alavancagem de uma economia é a relação entre a necessidade bruta e líquida de captação. Quando esse coeficiente atinge determinado ponto, os agentes começam a realizar seus lucros e a sair desses mercados.

**JE:** Como se dá esse processo?

**MIRANDA:** Os mercados futuros – de câmbio, de juros e de ações – são miméticos. Seu comportamento tem, pelo menos, duas características importantes. A primeira: os *market-makers* vão em uma direção e, como uma locomotiva, puxam os demais agentes. Esses *market-makers* têm uma enorme vantagem, pois são os primeiros a realizar os lucros. Abandonam um país ou uma posição numa boa hora, puxando os demais. A segunda característica que devemos levar em conta é a “miopia” do

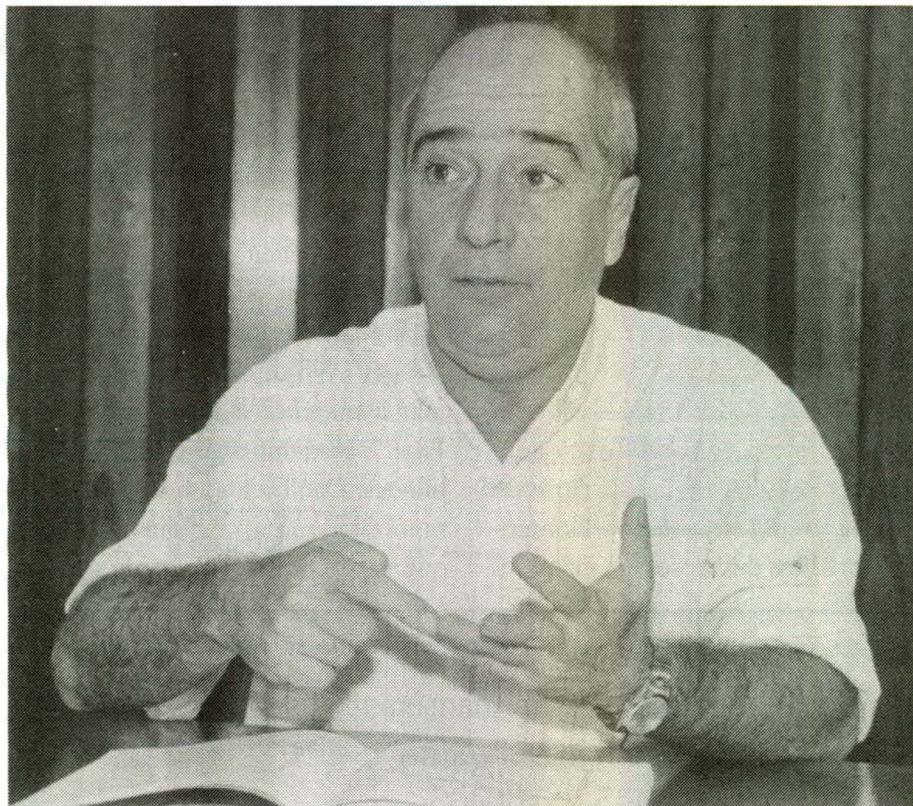
mercado, que não diferencia entre os chamados "emergentes". Uma corrida contra um mercado emergente provoca um "efeito dominó" contra todos os outros. O Brasil sofre bastante com isso. Os títulos que têm maior liquidez no mercado internacional são os primeiros a serem vendidos, seja para compensar perdas em outras posições e outros mercados, seja para sustentar uma revoada na direção de maior segurança, representada principalmente pelos títulos do Tesouro americano.

**JE:** Por que o FMI se tornou incapaz de continuar exercendo um papel regulatório minimamente eficaz?

**MIRANDA:** Tenho dúvidas se, durante a vigência do Acordo de Bretton Woods, o FMI foi tão eficiente quanto se pensa. Ele deveria intervir em países que apresentassem desajustes estruturais em seus balanços de pagamentos. Quando fossem excessivamente superavitários, como a Alemanha, deveriam valorizar suas moedas, e quando fossem deficitários deveriam submeter-se a pacotes de ajuste que, em geral, incluíam desvalorizações. Mas o FMI nunca conseguiu fazer, por exemplo, com que a Alemanha ajustasse seus superávits estruturais na década de 1960.

Seja como for, é verdade que, no contexto atual, as políticas de ajuste demandam muito mais recursos do que nos anos 60 e 70. O FMI não tem esses recursos, e o Congresso americano tem vetado novos aportes. Os mais reacionários querem acabar com o Fundo, cujas intervenções seriam co-responsáveis pela onda especulativa atual: já que o FMI sempre aparece para coordenar operações de salvamento, ninguém toma as precauções necessárias.

Outro aspecto também vetado reiteradamente pelos Estados Unidos – aspecto que não está na jurisdição do FMI, mas do Banco de Compensações Internacionais (BIS) – é o da supervisão mais rigorosa e da regulamentação dos fluxos internacionais



FOTOS: JOÃO DIAZ

## A Terceira Revolução Industrial não tem tanto fôlego. Assistimos nos últimos anos a uma diversificação de produtos e processos, mas não suficientemente ampla para garantir um ciclo longo de acumulação.

de capital. Não adianta os países receptores tentarem realizar essa regulamentação de forma unilateral.

**JE:** Que papel os Estados Unidos vêm desempenhando?

**MIRANDA:** Eles têm uma posição especial: são o único país cujos déficits de balanço de pagamentos e fiscal (este último, agora inexistente) não sofrem sanção do mercado. Os títulos da dívida americana formam o lastro de várias transações no mercado financeiro, e o dólar permanece como moeda-chave do sistema internacional.

Mas isso não explica completamente a proeminência atual desse país. Acho que ainda não percebe-

mos com clareza a importância do ajuste feito na economia americana durante os dois mandatos de Reagan. Sua política – inclusive a intensificação da Guerra Fria e o programa Guerra nas Estrelas – desafiou as empresas americanas de alta tecnologia, levando a uma reestruturação exatamente nos setores nos quais elas têm vantagens comparativas históricas, como a eletrônica avançada. A economia americana reestruturou também os seus grandes complexos, como o químico, o petroquímico e o farmacêutico, realizando ajustes “por dentro” nas plantas produtivas e nas técnicas gerenciais. Graças a isso, voltou a crescer ininterruptamente a partir de 1991, sem pressões salariais,

pois o mercado de trabalho foi flexibilizado nos anos 80, e com aumentos significativos de produtividade.

A rentabilidade das empresas americanas, especialmente as quinhentas maiores, cresceu enormemente, de modo que a valorização da Bolsa de Nova York é diferente das demais corridas especulativas havidas no mundo. Ao contrário do que ocorreu no Japão em fins dos anos 80, grande parte dessa valorização corresponde a ganhos de produtividade.

**JE:** Ao lado disso, houve a “diplomacia do dólar”...

**MIRANDA:** Ela foi, sem dúvida, importante. Os Estados Unidos sustentaram cinco anos de valorização do dólar, seguidos, em 1986 e 1987, por uma desvalorização que se estendeu até 1989. Nesse último momento, os japoneses aproveitaram a paridade iene-dólar e instalaram suas empresas nos Estados Unidos e na Inglaterra. Depois, compraram imóveis e investiram na indústria do entretenimento, que no entanto não dominavam. Colheram resultados ruins, pois a produção cultural do entretenimento, o filão mais rentável, permaneceu nas mãos dos americanos. Quando, no fim da década, ocorre a crise da Bolsa de Tóquio, os bancos japoneses têm que se desfazer de seus ativos em um momento ruim.

**JE:** Como você vê a entrada do euro nesse cenário? A hegemonia do dólar poderá ser questionada?

**MIRANDA:** A única experiência que temos, no mundo contemporâneo, de passagem de hegemonia de uma moeda para outra mostra que esse processo é prolongado. Os Estados Unidos emergem para a hegemonia mundial no fim da Primeira Guerra Mundial, mas só depois da Segunda Guerra o dólar substitui a libra no sistema internacional.

O euro nasce em um mundo marcado por grandes desequilíbrios, de modo que é difícil prever se ele vai rivalizar de fato com o dólar nas transações de comércio e de divisas. Ademais, é uma experiência *sui generis* na

## — ENTREVISTA —

história. Nunca houve uma moeda que não fosse nacional, cunhada por razões fiscais de Estado. Critérios novos terão que ser criados para que se estabeleça a confiança do mercado no euro, que pode trazer mais incertezas, em um mundo já cheio de incertezas.

**JE:** *Incertezas de que tipo, por exemplo?*

**MIRANDA:** Os Estados nacionais da Europa não terão autonomia em suas políticas monetárias, mas continuarão a responder pelo financiamento de suas políticas fiscais. Provavelmente, será criado um mercado de títulos voltados para esse financiamento. Nada garante que a instabilidade do mercado cambial, típica do período anterior à introdução do euro, não venha a ser substituída pela instabilidade nesse mercado de títulos públicos. Muitas outras dúvidas podem ser levantadas: as transações comerciais realizadas em euro vão se equiparar àquelas realizadas em dólar? Os preços do petróleo e das principais *commodities* vão ser cotados em euro? Os países não europeus vão fazer reservas em euro?

**JE:** *Pensando agora no “lado real” da economia, como você vê a crise atual, especialmente no caso do Japão?*

**MIRANDA:** Os schumpeterianos não vão concordar comigo, mas eu acho que a chamada Terceira Revolução Industrial não tem o fôlego nem da Primeira nem da Segunda. É claro que assistimos nos últimos anos a uma diversificação de produtos e processos, mas não suficientemente ampla para garantir um ciclo longo de acumulação. O Japão saltou na frente e apostou nessa revolução. Recebeu elogios por isso, mas hoje está imerso em uma crise que, entre outros aspectos, é de sobreacumulação.

A crise do Japão é também um imenso desafio para os economistas ortodoxos. Trata-se do país que tem a maior poupança interna, experimentou enorme crescimento nos anos 80, liderou a mais recente onda de progresso técnico, detém uma capacidade exportadora que lhe garante superávits estruturais – e, apesar dis-

so tudo, de repente se vê em um gargalo. Mergulha em estagnação, seguida de violenta recessão, que se soma à deflação anterior de ativos. O Banco Central mantém uma taxa de juros de meio ponto e, mesmo assim, o país não consegue retomar os investimentos.

**JE:** *Por quê?*

**MIRANDA:** Acho que há duas grandes restrições: o Japão não tem muito mais espaço para investir dentro do paradigma tecnológico e da cesta de produtos atuais; e o montante de créditos duvidosos em mãos dos

garante que as pessoas tenderiam a consumir mais. Podem, por exemplo, investir em títulos da dívida americana, piorando o problema. O caminho é voltar a Keynes: fazer obras públicas. Mas isso também não é fácil, pois eles têm um problema de derrapagem de déficit público, principalmente por causa da Previdência.

Em síntese: eles têm que bancar 10% do PNB de déficit e tentar retomar a marcha. E fazer um “mega-Proer”, gastando algo como US\$ 800 bilhões. Dada a importância da economia japonesa, alguma coisa terá que ser feita em termos de socorro

É ingênua a idéia de que  
nossas reservas formam uma  
barreira formidável contra  
os choques externos.  
Elas correspondem a apenas  
1/4 da dívida mobiliária do governo  
e podem ser rapidamente exauridas.



bancos japoneses é espantoso: as estimativas variam de US\$ 600 bilhões a US\$ 1 trilhão.

**JE:** *Quais seriam as alternativas?*

**MIRANDA:** A primeira delas seria o Japão bancar a desvalorização de sua moeda, praticar uma política monetária ainda mais frouxa e incentivar os investimentos em infra-estrutura. Mas, nesse caso, a China provavelmente desvalorizará o yuan, abrindo uma nova rodada de desvalorizações competitivas na Ásia, com repercussões mundiais, inclusive sobre a economia americana. As desvalorizações do ano passado, realizadas por países bem menores, já estão surtindo efeito, a ponto de os Estados Unidos terem diminuído em 30% suas exportações para a Ásia e estarem sendo invadidos por produtos oriundos de lá.

Difícilmente o Japão poderia bancar as conseqüências de uma política desse tipo. Resta a ele, portanto, implantar uma política fiscal tremendamente anticíclica, aumentando os gastos do Estado. Diminuir os impostos e aumentar a renda disponível da população não adianta, pois nada

internacional. A contrapartida será a exigência de que essa economia se associe mais ao resto do mundo, fazendo acordos, abrindo mais seus mercados, desregulamentando mais seu sistema financeiro, etc. Aquela economia japonesa gigantesca de alguns anos atrás terá de se ajustar.

**JE:** *Como a crise atinge os demais países asiáticos?*

**MIRANDA:** Estamos voltando às origens da crise. Ela começou no Japão e se espalhou para a Ásia, onde o Japão buscava minimizar seus prejuízos, e agora a ele retornou.

Entre 1987 e 1995, quando começa o mais recente ciclo econômico da Ásia, Japão (primeiro) e Coreia (depois) montam uma articulação regional de comércio e investimento. Em 1987 e entre 1993 e 1994, houve as chamadas *endakas*, que foram períodos de forte valorização do iene em relação ao dólar. Além disso, os Estados Unidos montaram grandes barreiras contra os produtos japoneses e coreanos. Nesse contexto, as empresas japonesas migraram na direção dos “gansos”, ou seja, os países menos desenvolvidos do Sudeste

da Ásia, para daí penetrar no mercado americano. Estes importavam grandes quantidades de bens de capital do Japão e, simultaneamente, de *commodities*, cujos preços são cotados em dólar. É curioso reparar que eles tinham balanças comerciais deficitárias ou apenas levemente superavitárias, pois, para sustentar suas exportações, importavam grandes quantidades de bens, cotados em iene ou em dólar.

O regime cambial desses países era baseado em uma banda estreita, definida em relação a uma cesta de moedas na qual o dólar representava em torno de 70%. Quando o iene se valorizava, eles tinham problemas de preços, em moeda nacional, das importações que faziam do Japão, mas conseguiam colocar suas exportações nesse país. Nesses mesmos momentos, como o dólar estava desvalorizado, tinham maior dificuldade para exportar para os Estados Unidos, bem como para importar as *commodities* cotadas em dólar.

Em 1994, a China desvalorizou o yuan em 33% e começou a competir violentamente nos mercados dos Estados Unidos e da Ásia. No ano seguinte, começa uma enorme queda nos preços das *commodities* em geral – agrícolas, minerais e eletrônicas, estas últimas justamente os produtos nos quais os asiáticos tinham construído, com financiamento japonês, uma enorme capacidade de produção. Para dar novo fôlego ao ciclo do Sudeste Asiático, o investimento buscou os imóveis, gerando novas entradas de capital que, como quaisquer outras, teriam que ser pagas mais adiante. Como as agências de *rating* avaliavam muito bem as moedas e os bancos asiáticos, especialmente os coreanos, os débitos foram sendo rolados. A partir de 1994 e 1995, os déficits desses países em transações correntes começam a crescer violentamente. Mesmo assim, os países do Sudeste da Ásia continuaram a ser apontados como exemplos, pois, sem déficits fiscais significativos, não apresentavam o excesso de gasto público que cria problemas nos balanços de pagamentos. Havia, no entanto, excesso de gasto privado.

## ENTREVISTA

**JE:** Como as autoridades do Sudeste da Ásia reagiram?

**MIRANDA:** Optaram por uma fuga para a frente: liberalizaram ainda mais a conta de capital, aumentando assim a participação de capitais de curto prazo nas captações totais. Com o tempo, isso foi encurtando o raio de manobra da política econômica, pois o endividamento de curto prazo foi se tornando grande demais para ser gerenciado.

**JE:** A situação é comparável com a do Brasil?

**MIRANDA:** A crise asiática é de natureza financeira, agravada por um regime cambial inadequado, por uma desregulamentação apressada e por uma enorme captação de recursos para financiar um ciclo de ativos. Não tivemos este último fator no Brasil, nem na bolsa nem em imóveis, e nosso sistema financeiro não tem a opacidade do asiático. Lá, a liberalização foi a tal ponto, que as empresas tomavam recursos diretamente no mercado internacional, sem que isso fosse sequer registrado nas estatísticas

contábeis dos respectivos bancos centrais. Estamos longe disso. Aqui, o Banco Central tem todo o mapa da mina, e o Proer saneou minimamente o sistema bancário. Apesar de muito criticado, foi, no seu gênero, um dos programas mais baratos do mundo.

Além disso, a abertura do nosso sistema bancário ao capital internacional, por mais críticas que se possam fazer, também nos dá maior segurança. As matrizes estrangeiras tendem a segurar as posições de suas filiais aqui instaladas, o que diminui a extensão de uma possível crise. Sob estes aspectos, nossa situação é mais parecida com a da Rússia.

**JE:** Por quê?

**MIRANDA:** Assim como a Rússia, temos dois problemas ligados: o fiscal, relacionado ao ajuste do Estado, sempre postergado, e o de conta corrente *stricto sensu*. Nossa abertura comercial, iniciada no governo Collor, foi atabalhoada, sem a contrapartida de uma política industrial e tecnológica que pudesse oferecer

um horizonte de ajuste para as indústrias. Agora, além disso, estamos privatizando grandes empresas prestadoras de serviços, que não exportam, mas que passarão a enviar recursos para fora, agravando um problema – o das remessas de lucros – que já é considerável.

**JE:** Nossa vulnerabilidade, portanto, é grande...

**MIRANDA:** Sim, o risco de uma corrida contra nós permanece existindo. Parece-me ingênua a idéia de que nossas reservas formam uma barreira formidável. Elas correspondem a apenas 1/4 da dívida mobiliária do governo. Ademais, teremos que pagar US\$ 19 bilhões de amortização e serviço da dívida externa renegociada em 1994 e US\$ 30 bilhões de dívidas de curto prazo que estão vencendo entre agosto e o final do ano, quando a moratória russa fechará o mercado internacional para a rolagem das dívidas dos emergentes. Nossas reservas podem ser rapidamente exauridas. As crises ocorrem exatamente quando os cre-

dores param de refinar o passivo e apresentam-se para cobrar a conta. Isso pode acontecer conosco.

**JE:** Qual deveria ser a prioridade econômica do próximo governo?

**MIRANDA:** Realizar uma reforma tributária que simplifique o sistema e aumente a competitividade das exportações. A carga tributária no Brasil, em torno de 30% do PIB, não é elevada, mas penaliza os pagadores porque há impostos em cascata, a base é estreita, a evasão é alta, etc.

**JE:** O que fazer com o componente financeiro do gasto público?

**MIRANDA:** Na medida em que se faça uma reforma e se comece a ajustar as contas públicas, a médio prazo se consegue alongar o prazo de financiamento da dívida e diminuir a pressão sobre as taxas de juros pagas pelo governo. Feito isso, seria possível mover o regime cambial, que hoje coloca restrições ao crescimento, e administrar melhor a política monetária. Creio que é um caminho.

## ELEIÇÕES

As eleições para renovação do primeiro terço de conselheiros deste Conselho e do delegado-eleitor junto ao Colégio Eleitoral do COFECON serão realizadas no dia 27 de outubro próximo, com início às 9h e término às 18h. Serão escolhidos três conselheiros – efetivos e três conselheiros suplentes, com mandato de três anos (1999/2001), além do delegado-eleitor efetivo e do delegado-eleitor suplente junto ao Conselho Federal. Poderão votar os economistas registrados na jurisdição deste Conselho, portadores de inscrições definitivas ou provisórias e quites com as anuidades até a data da realização do pleito, além dos remidos, não sendo permitido o voto por meio de procuração. No ato da votação o economista deverá exibir, junto à Mesa Eleitoral, documento hábil de identificação e assinar a folha de votação. Local de votação: haverá uma mesa na sede do CORECON (Av. Rio Branco 109, 19º andar), podendo votar os associados que estiverem em dia com suas anuidades e não tenham optado pelo voto por correspondência. Este deverá ser enviado pelo economista através do envelope padronizado encaminhado previamente pelo Conselho até 15 dias antes das eleições e somente serão aceitos os votos postados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Se você, economista, está em atraso no pagamento da(s) anuidade(s) do Conselho, quite o seu débito, porque só assim você poderá participar do processo eleitoral. Entre em contato conosco para quaisquer esclarecimentos pelo telefone 224-0578, Setor de Registro e Fiscalização.

## CURSO

### Perícia Trabalhista

MINISTRADO POR ADEMIR FIGUEIREDO  
(Economista e superintendente do Dieese-RJ)

**DIAS E HORÁRIOS:** 18/09/98 – 18:30h às 22h  
19/09/98 – 9h às 18h  
21/09/98 – 18:30 às 22h  
25/09/98 – 18:30 às 22h

**LOCAL:** Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro  
Av. Rio Branco, 109 / 19º andar

**PREÇOS:** R\$ 280,00 para associados das entidades dos economistas,  
com pagamento em dia  
R\$ 350,00 para não associados

**INFORMAÇÕES:** Tels. (021) 509-1077 e 224-0578  
(falar com Madalena, Júnior ou Ivo)  
Fax (021) 509-8121

**PROMOÇÃO:** Ierj, Corecon-RJ, Sindecon-RJ

## - FIQUE POR DENTRO -

**Economistas na Mídia**

Veja os programas que contam com o patrocínio das entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon-RJ - e saiba da novidade: você já pode acessar parte do acervo da biblioteca Eginardo Pires na *home page*. O acervo completo estará disponibilizado em pouco tempo!

**Televisão**

**DEBATE BRASIL** - exibição aos sábados, a partir das 18:00h, no canal 15 da NET (Vinde TV), reprisado aos domingos às 17:00h.

**Rádio**

**FAIXA LIVRE** - vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 7:30h às 9:00h na Rádio Guanabara-Bandeirantes (1360KHZ).

Programa independente, de análise econômica e política. Apresentado por Álvaro Queiroz e Ricardo Bueno, o programa conta com colunistas de projeção nacional e é apoiado pelas entidades representativas dos economistas no estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon-RJ -, além de diversas outras entidades sindicais e profissionais. Se você quiser participar e emitir sua opinião, ligue para 220-1360. No Faixa Livre a liberdade de imprensa não é um mero *slogan*, mas uma prática cotidiana.

**Internet**

A **HOME PAGE** dos economistas está em <http://www.economistas.com.br>

Estatísticas econômicas com indicadores sociais e demográficos das regiões Sudeste e Sul do país; *Jornal dos Economistas* em seus três últimos números; parte do acervo da biblioteca Eginardo Pires; agenda de eventos; bolsa de empregos e muito mais estão à sua disposição no site *Economistas on line*. A página foi desenvolvida para fornecer informações úteis e manter os associados e empresas registradas informados sobre o que está acontecendo de mais importante em suas entidades e no quadro socioeconômico do país.

**XIII CONGRESSO DA ANGE****Ensino de Economia no Brasil****REALIDADE E DESAFIOS**

28 A 30 DE OUTUBRO DE 1998 - UFS - ARACAJU

Promovido pela Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange), organizado pelo Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe, com apoio do Cofecon e do Corecon-SE, o próximo Congresso da Ange será integralmente dedicado às questões do ensino de Economia no Brasil. Buscando incentivar ainda mais o debate que o caracteriza, o Congresso, na edição deste ano, está estruturado de forma a contemplar a apresentação de maior número de trabalhos que o anterior. Além dos painéis, encontro de PET's de Economia e sessões temáticas, estão previstas as seguintes mesas de comunicações sobre o ensino de Economia no Brasil, para as quais a comissão organizadora está fazendo chamadas para os trabalhos:

- MESA 1 - Teoria e história no ensino de Economia
- MESA 2 - Informática no ensino e na pesquisa de Economia
- MESA 3 - Métodos não quantitativos na graduação em Economia
- MESA 4 - Currículo de graduação: fundamentos, princípios e estrutura
- MESA 5 - Metodologia e novos paradigmas no ensino de Economia
- MESA 6 - Métodos quantitativos na graduação em Economia

Os trabalhos devem ser enviados à Comissão Organizadora do XIII Congresso da Ange, para o seguinte endereço:

Corecon-SE  
Rua Duque de Caxias, 398, CEP 49015-320, Aracaju, Sergipe  
Fonefax (079) 222-9476  
E-mail: [corecon@mail.eribeiro.com.br](mailto:corecon@mail.eribeiro.com.br)

**PRÊMIO****IX Prêmio de Monografia**

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1ª REGIÃO/RJ

- 15/09/98 Abertura das inscrições
- 23/10/98 Encerramento das inscrições
- 30/10/98 Entrega dos trabalhos à banca examinadora
- 01/12/98 Reunião da banca para análise dos resultados
- 03/12/98 Divulgação dos resultados
- 14/12/98 Cerimônia para entrega da premiação

O Prêmio de Monografia Conselho Regional de Economia - 1ª Região - RJ, instituído em 1990, tem o objetivo de premiar os melhores trabalhos de conclusão de cursos de graduação em Economia, dos estudantes de instituições fluminenses. Podem concorrer trabalhos concluídos nos dois últimos semestres, ou seja, do 2º semestre de 1997 ou do 1º semestre de 1998, indicados pelos departamentos de Economia nos respectivos cursos:

1º PRÊMIO: R\$ 1.800,00 • 2º PRÊMIO: R\$ 800,00 • 3º PRÊMIO: R\$ 400,00

**REGULAMENTO****I - DO CONCURSO**

**Art. 1º** - O Corecon da 1ª Região/RJ promoverá, anualmente, a concessão do "Prêmio de Monografia Conselho Regional de Economia", objetivando estimular os alunos em fase final de cursos de graduação do Estado na pesquisa e no estudo de temas relevantes na área em que exercerão a profissão, conforme modalidade contida na Lei 8666/93.

**II - DAS MONOGRAFIAS**

**Art. 2º** - Somente poderão concorrer ao prêmio instituído por este Regulamento os trabalhos de conclusão ou diplomação de cursos de Economia elaborados em instituições de ensino com sede no Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 3º** - Concorrerão à premiação anual os quatro melhores trabalhos selecionados por cada instituição de ensino, apresentados no segundo semestre do ano anterior ao da premiação ou no primeiro semestre do ano referente à premiação, sem pré-fixação de número de monografias por semestre: dois de cada, três e um, e assim por diante.

**III - DA INSCRIÇÃO**

**Art. 4º** - A inscrição dos trabalhos deverá ser feita pelo chefe do Departamento de Economia da Universidade ou pela direção ou equivalente de faculdades isoladas, mantendo-se invioláveis os nomes do autor, do orientador e da instituição.

**Parágrafo 1º** - Em nenhuma hipótese poderão ser inscritos anualmente mais de quatro trabalhos por instituição.

**Parágrafo 2º** - Os trabalhos deverão ser inéditos (não publicados).

**Parágrafo 3º** - Para a inscrição, exige-se a concordância do autor, que deverá ser feita sob pseudônimo.

**Parágrafo 4º** - Os trabalhos deverão ser entregues em 5 (cinco) vias datilografadas ou digitadas.

**IV - DA ORGANIZAÇÃO**

**Art. 5º** - O Plenário do Corecon escolherá anualmente a comissão examinadora que julgará os trabalhos.

**Art. 6º** - A Comissão Examinadora será presidida pelo presidente do Corecon e será composta de, pelo menos, quatro profissionais com notório saber no campo da Ciência Econômica. A presidência da comissão examinadora terá o voto de decisão em caso de empate.

**V - DA PREMIAÇÃO**

**Art. 7º** - A Comissão Examinadora premiará os três melhores trabalhos, por ordem de classificação.

**Parágrafo Único** - Os originais não serão devolvidos e as decisões da comissão examinadora são irrecorríveis.

**Art. 8º** - Caberá ao Plenário do Corecon fixar e divulgar anualmente os prêmios a serem concedidos aos vencedores, bem como as datas de inscrição e de entrega de prêmios.

**Art. 9º** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Corecon.

# FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

A coluna do Fórum desse mês traz alguns dados e gráfico sobre a execução orçamentária. Fique sabendo o que acontecerá no seminário "Participação no Orçamento do Rio de Janeiro". Mais qualidade nos serviços. É o que pede a população do Rio de Janeiro no questionário do Fórum e em pesquisa O Globo/Ibope sobre a saúde no Estado.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Fórum acompanhou, pelo sistema interno da prefeitura, saldos remanejados e valores bloqueados até 21/08/98. Dentre todos programas selecionados pelo Fórum como sendo essenciais na área social, cinco destacam-se por se mostrarem os mais atingidos pela falta de um bom planejamento ou falta de vontade política da prefeitura municipal.

É de costume da prefeitura fazer, todos os anos, uma super estimação dos gastos sociais. Entretanto, a administração pública municipal continua a executar efetivamente um valor bem menor em relação ao que é estimado no começo do ano. O acompanhamento feito pelo Fórum Popular do Orçamento evidencia que, de fato, ao longo do ano, recursos são remanejados, diminuindo o que era destinado para gastos sociais.

O valor inicialmente previsto como gasto do município para o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, por exemplo, era de R\$ 77.480,00. Foram remanejados R\$ 50.000,00 (o que corresponde a cerca de 64,5%) e R\$ 2.480,00 foram bloqueados. Este mesmo programa está com um percentual de apenas 3,96% executado até agosto.

Existem inclusive programas que, até agosto, não tiveram nem 1% do que foi orçado executado. Dentre esses, estão alguns programas ligados a atividades da Administração dos Conselhos Distritais e da Saúde, e a Implantação do Conselho Municipal de Assistência Social.

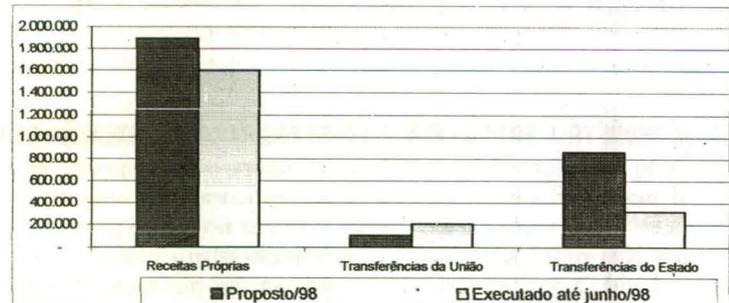
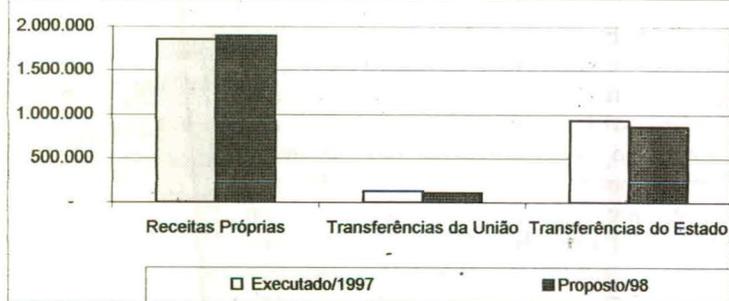
Fazendo uma comparação com outros itens tidos como "não-sociais" pelo fórum, vemos que há subprogramas, como o de programação de eventos, que já tiveram 98% de valor orçado já executado até 28/07. Este item prevê, entre outras atividades, a apresentação de bailes em praças públicas em bairros da Cinelândia e Tijuca, etc. É desta maneira que vemos o que realmente é prioridade para a prefeitura.

## QUESTIONÁRIO

A versão final do questionário do Fórum deste ano foi acertada na reunião do dia 20 de agosto. O novo questionário será anexado à próxima edição do jornal. Ele também será distribuído junto ao caderno "Cidadania no Orçamento".

## RECEITAS DO MUNICÍPIO

Como prometemos na última edição, aqui estão os gráficos de acompanhamento da receita. Comparamos o executado em 1997 com o proposto para 1998, e este com o executado até junho de 1998. Focamos na análise da receita própria do município com as demais receitas que dependem do Estado e da União. Nota-se que o estimado para o cálculo de 1998, foi feito sobre o efetivamente ocorrido no ano anterior. Entretanto, ao contrastarmos o proposto para 1998, com o que vêm sendo consolidado até junho de 1998, vemos que cerca de 84% do estimado com receitas próprias já foi consolidado. Em relação às transferências do Estado, não foram efetuadas nem mesmo 40% do que era esperado. Todavia, o contrário é observado em relação as transferências da União ao município, em que se ultrapassou o estimado da receita em 89%.



fonte: A origem dos dados de execução até junho é do Diário Oficial ano XII número 95 de 31 de julho de 1998. Os valores para criação dos gráficos foram atualizados em dólar (o valor da execução de 1997 foi calculado pela média anual das cotações do dia 15 de cada mês; e o executado até o mês de junho foi calculado pela cotação média do mês de maio).

## QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Quais são as providências que você considera mais urgentes para melhorar os serviços de saúde do Estado? Segundo uma pesquisa divulgada no dia 17 de agosto pelo jornal "O Globo", ficou para trás o modelo de governante que só se preocupa com obras, e deixa de lado a qualidade dos serviços prestados. A matéria diz que 79% dos eleitores entrevistados escolheram medidas que não têm a ver com obras.

Os resultados do levantamento feito pelo Fórum através do questionário do ano passado assemelham-se, em alguns aspectos, aos da pesquisa divulgada pelo "O Globo". Os eleitores pesquisados pelo Ibope foram divididos nas categorias "capital", "periferia" e "interior".

Na capital, 22% dos entrevistados escolheram a alternativa "equipar melhor os hospitais antes de construir novos". Empatadas em segundo lugar, ficaram as alternativas "pagar melhor os médicos e enfermeiros" e "treinar melhor o pessoal de saúde para atendimento", com 11% cada uma.

O levantamento do Fórum, feito também na capital, procurava conhecer as prioridades da população do Rio no que diz respeito às ações da prefeitura da cidade. Na área de saúde, as pessoas que responderam o questionário consideraram prioritária a melhoria da remuneração dos profissionais de saúde (20,86%). Logo em seguida, veio o aumento do número de vagas para internações (19,73%) e a ampliação dos programas de prevenção e vigilância sanitária (14,08%). A construção de novas unidades de saúde foi a alternativa menos escolhida pelas 700 pessoas que responderam o questionário, com somente 9,35% das preferências, seguindo a mesma tendência apontada na pesquisa O Globo/Ibope para as ações do governo estadual.

Aumento do número de vagas de internações	23%
Municipalização dos hospitais estaduais e federais com atividades de emergência	14%
Melhoria da remuneração dos profissionais de saúde	24%
Ampliação dos programas de prevenção e vigilância sanitária	16%

Fonte: Dados do levantamento do questionário do Fórum do ano de 1997.

## SEMINÁRIO "PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO DO RIO DE JANEIRO"

Nos dias 27 e 28 de agosto, aconteceu no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) o seminário "Participação no Orçamento do Rio de Janeiro". Esse encontro visou à reflexão sobre a trajetória do Fórum e à potencialização dos recursos e capacidades das entidades que o compõe, além de ter como objetivo traçar novas estratégias de ação que a configuração política atual da cidade demanda.

Os temas debatidos foram "Planejamento Estratégico, Plano Diretor e Orçamento do Rio de Janeiro: conflitos e perspectivas"; "Fóruns populares de Organizações Sociais e a trajetória do Fórum Popular do Orçamento: estímulo à uma reflexão crítica" e "Execução Orçamentária: gastos com Educação, a LDB". Para discuti-los, estiveram presentes Carlos Lessa, 1º Diretor do Conselho do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro e Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ; Heraldo da Costa Reis, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e co-autor do livro referência de orçamento no Brasil, "A lei 4.230 comentada"; Adhemar Mineiro, presidente do Corecon - RJ; Jorge Bittar, vereador e ex-presidente da Comissão de Orçamento da Câmara do Rio de Janeiro, entre outros. O encontro contou com a participação dos membros das diversas entidades que formam e apoiam o Fórum. O evento foi realizado com a parceria do Ibam e Ibase, e teve o apoio do Ficong. No seminário, aconteceu o lançamento oficial do caderno "Cidadania no Orçamento".

Na próxima edição, traremos a cobertura completa do encontro de trabalho, com as novas diretrizes que foram traçadas para a ação do Fórum.

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento

acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas a participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ  
CEP 20054-900 - Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 221-0958

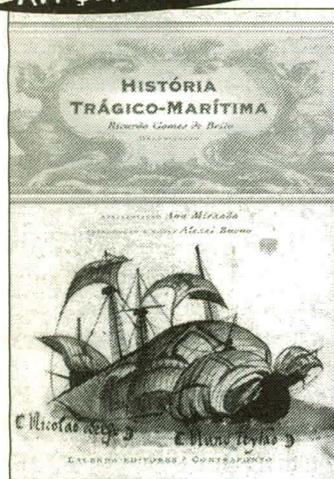
E-mail: coreconrj@ax.apc.org.

A/C do Conselheiro Luiz Mario ou das estagiárias Renata e Ruth.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

## LIVROS EM VENDA DIRETA

## LANÇAMENTO

**História trágico-marítima**

540 páginas

Bernardo Gomes de Brito (org.)

Preço com desconto: R\$ 28,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

**A opção brasileira**

César Benjamin, João Pedro Stédile, Reinaldo Gonçalves e outros

Preço com desconto: R\$ 13,00

**O manifesto comunista - 150 anos depois**

Daniel Aarão Reis (org.)

Preço com desconto: R\$ 13,00

**O pensamento chinês - 416 p.**

Marcel Granet

Preço com desconto: R\$ 28,00

**A sociedade do espetáculo - 240 p.**

Guy Debord

Preço com desconto: R\$ 19,00

**Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.**

Kwame Anthony Appiah

Preço com desconto: R\$ 23,00

**Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.**

Org. Perry Anderson e Patrick Camiller

Preço com desconto: R\$ 22,00

**Um mapa da ideologia - 338 p.**

Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.

Org. Slavoj Zizek

Preço com desconto: R\$ 24,00

**O longo século XX - 408 p.**

Giovanni Arrighi

Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995

Preço com desconto: R\$ 24,00

**Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.**

Ricardo Bielchowsky

Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)

Preço com desconto: R\$ 25,00

**CONTRAPONTO**

Tel. / Fax (021) 259-4957

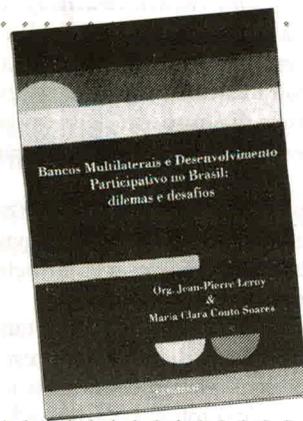
Caixa postal 56066

CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

e-mail: contraponto@rio.nutecnet.com.br

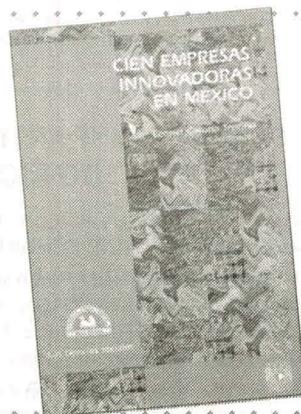
## - ABRE ASPAS

**O MUNDO EM 2020**, de Hamish McRae, jornalista inglês especializado em economia e atual editor do jornal *Independent*, é um exercício de futurologia baseado em pesquisas recentes que explicam as iminentes mudanças na ordem econômica, política e social. Apresenta um cenário no qual a cultura será mais importante que a tecnologia, a manufatura deixará de ser a chave do sucesso econômico e um país terá que contar com o bom comportamento e a habilidade de seu povo para superar os concorrentes. Diferentemente da maioria dos exercícios em futurologia - que, ou tomam a forma de montagem de um cenário, onde diferentes possibilidades são delineadas, ou os autores tendem a ter uma visão dogmática do mundo -, o autor tentou encontrar um meio-termo, primeiro olhando para o mundo tal como ele é e depois examinando as várias forças em favor da mudança. Editora Record, 335p.



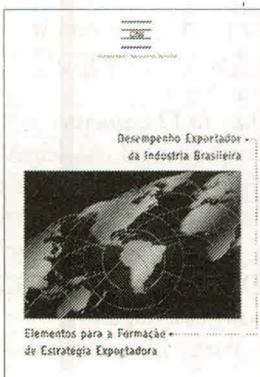
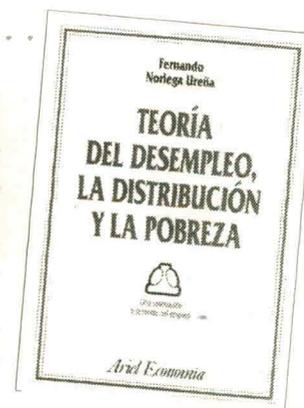
**BANCOS MULTILATERAIS E DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO NO BRASIL: DILEMAS E DESAFIOS**, coordenado por Jean-Pierre Leroy e Maria Clara Couto Soares, teve como objetivo possibilitar a formulação de um diagnóstico pautado em experiências de participação da sociedade civil. Foram analisados casos nos quais a participação estava prevista nas diretrizes do financiador, cobrindo tanto os projetos já concluídos quanto aqueles em fase de implantação, ou ainda em formulação. O foco do estudo se limitou à análise de experiências de participação em projetos específicos, sem se propor a analisar a questão da participação nas políticas macroeconômicas dos bancos multilaterais, nem em programas ou estudos setoriais de caráter mais amplo. Publicação da Fase/Ibase, 237p.

**INTERNACIONALISMO POP**, de Paul Krugman, discute termos e medidas econômicas, como 'valor agregado' e PIB, em linguagem simples, para que os leitores possam entender como os chamados 'internacionalistas pop' - indivíduos que discorrem sobre comércio internacional mas ignoram princípios básicos de economia - distorcem e, às vezes, até contradizem as verdades mais básicas sobre esse comércio. Os cinco primeiros ensaios atacam o excessivo papel atribuído aos efeitos da competição externa sobre a economia norte-americana. Os três ensaios seguintes revelam outras distorções da teoria econômica. O terceiro grupo de ensaios aponta concepções equivocadas sobre a competição com países menos industrializados. Os ensaios finais tratam de questões econômicas como os efeitos da mudança tecnológica na sociedade. Editora Campus, 213p.



**CIEN EMPRESAS INNOVADORAS EN MEXICO**, coordenado por Leonel Corona Treviño, mostra os resultados pioneiros de cem empresas inovadoras que pretendem sustentar investigações mais amplas com a finalidade de formular políticas para fomentar a inovação tecnológica no México. As empresas foram selecionadas de dez incubadoras de base tecnológica e de fontes específicas proporcionadas por associações empresariais e organismos de fomento ao desenvolvimento tecnológico. O livro é destinado a pesquisadores e professores de diversas disciplinas, assim como a instituições de ensino e pesquisa e, em especial, a empreendedores inovadores. Publicação da Faculdade de Economia da UNAM e do Grupo Editorial Miguel Ángel Portua, 334p.

**TEORÍA DEL DESEMPLEO, LA DISTRIBUCIÓN Y LA POBREZA**, de Fernando A. Noriega Urená, contém a exposição rigorosa e detalhada de uma teoria nova, para compreender as causas do desemprego involuntário e oferecer soluções viáveis e efetivas para este mal que assola descontroladamente as economias de mercado. No livro, os princípios de que o desemprego involuntário é um fenômeno transitório e que sua solução descansa no livre jogo das forças do mercado se invalidam. Os resultados essenciais da teoria apresentada demonstram que o mercado de trabalho não existe; que não basta a oferta e demanda de trabalho para que tal mercado se constitua; que o salário não é o valor do trabalho mas uma variável distributiva; que o desemprego é um fenômeno natural em uma economia de livre mercado. Resumindo, o autor demonstra que as forças de mercado são, por si só e pela própria natureza, insuficientes para lograr estados duráveis de pleno emprego e que a intervenção do governo é necessária. Coleção Ariel-Economía, 256p.



**DESEMPENHO EXPORTADOR DA INDÚSTRIA BRASILEIRA: ELEMENTOS PARA A FORMAÇÃO DE ESTRATÉGIA EXPORTADORA**, de Renato Fonseca e Edson Veloso, compara o desempenho exportador brasileiro ao desempenho das demais economias. Adicionalmente, procura-se identificar setores que apresentam maiores possibilidades de crescimento das vendas externas no futuro próximo. O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, analisa-se o argumento de que o desempenho exportador brasileiro tem sido fraco devido à pouca presença das exportações nos mercados dinâmicos. Ainda nesta parte, compara-se o desempenho exportador brasileiro com o apresentado pelos demais países no período 1989-95. A segunda parte está dedicada à identificação de produtos e/ou setores produtivos que, devidamente estimulados, poderão gerar resultados positivos mais imediatos no que concerne à recuperação das exportações de manufaturados do Brasil. Publicação da CNI.

## LANÇAMENTO

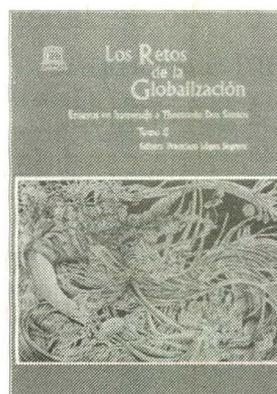
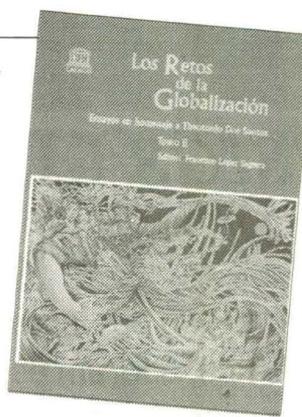
### Os desafios da globalização na inauguração do ciclo de conferências sobre "Novas dimensões da globalização"

As entidades dos economistas do Rio de Janeiro (Corecon / IERJ / Sindecon) e a Unesco convidam para o lançamento no dia 9 de setembro, no Auditório do 22º andar do Clube de Engenharia, do livro *Los Retos de la Globalización – Ensayos en homenaje a Theotônio dos Santos*, em dois tomos, editado pela Unesco, em Caracas, Venezuela, que acontecerá por ocasião do ciclo de conferências sobre Novas Dimensões da Globalização.

*Los Retos de la Globalización* ["Os desafios da globalização"] reúne alguns dos mais importantes pensadores e cientistas sociais de nosso tempo, que se associaram à homenagem coordenada pelo conselheiro de ciências sociais da Unesco para América Latina, Francisco López Segrera, destinado a comemorar os sessenta anos do professor Theotônio dos Santos.

Além de um prólogo e de uma nota do Editor, de uma introdução na qual se analisam os aspectos mais relevantes da vida e obra de Theotônio dos Santos, incluindo uma valiosa bibliografia, o livro se divide em quatro partes: "Os novos paradigmas das ciências sociais", "Os desafios da globalização", "Dependência e desenvolvimento" e "Cultura e conhecimento em um mundo virtual".

Os autores dos ensaios que enviaram seus originais para esta homenagem são Elmar Altvater, Samir Amin, Celso Amorim, Vania Bambirra, Estrella Bohadana, Apolinar Díaz-Callejas, Theotônio dos Santos, René Armand Dreifuss, Enrique Dussel, Reinaldo Gonçalves, Jesús Garcia-Ruiz, André Gunder Frank, Nishikawa Jun, Francisco López Segrera, Ruy Mauro Marini, Urs Muller-Platenberg, Carlos Eduardo Martins, José Raymundo Martins Romeo, Jorge Nieto Montesinos, James Petras, Ana Isabel Prera Flores, Angel G. Quintero Rivera, Marco Antonio Rodrigues Dias, Germán Sánchez, Silvano Santiago, José Nilo Tavares, Mario Telò, José C. Valenzuela Feijóo, Raimo Vayrymen e Immanuel Wallerstein.



## CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio inédito realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

- **A construção do Terceiro Mundo – teorias do subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia**, 643 p., Joseph Love.  
Preço com desconto: R\$ 25,20.
- **Os fluxos financeiros na América Latina – um desafio ao progresso**, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizadores).  
Preço com desconto: R\$ 18,90.
- **Antologia de Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos de vida lutando pelo Brasil**, 397p.  
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**, 346p., 6ª edição, Karl Marx.  
Preço com desconto: R\$ 17,50.
- **Após 1989- moral, revolução e sociedade civil**, 289p., Ralf Dahrendorf.  
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- **Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado**, 179 p., Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.  
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- **Histórias esquecidas da ciência**, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.  
Preço com desconto: R\$ 10,50.
- **30 anos do The New York Review of Books – a primeira antologia**, Robert Silvers, Barbara Epstein e Rea Hederman (organizadores).  
Preço com desconto: R\$ 20,30.
- **América Latina – entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).  
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- **Dialética marxista, dialética hegeliana – a produção capitalista como circulação simples**, 192 p., Ruy Fausto.  
Preço com desconto: R\$ 13,30.

## CONVÊNIO

### Publicações da CEPAL

O Conselho Regional de Economia-RJ, em convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, está vendendo publicações da Cepal em sua biblioteca, no horário das 13 às 17h, onde o catálogo das obras poderá ser consultado. O dólar para o mês de setembro será informado na biblioteca do Conselho, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- **Estudio económico de América Latina y el Caribe 1996-1997**, 354p. US\$ 50.
- **Balance preliminar de la economía de América Latina y el Caribe 1997**, 64p. US\$ 8.
- **Panorama social de América Latina 1997**, 232p. US\$ 20.
- **Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al casillero vacío**, 1990, 176p. US\$ 8.
- **Elementos para el diseño de políticas industriales y tecnológicas en América Latina**, 1990, 172p. US\$ 8.
- **La industria de transporte regular internacional y la competitividad del comercio exterior de los países de América Latina y el Caribe**, 1989, 132p. US\$ 8.
- **Cambios estructurales en los puertos y la competitividad del comercio exterior de América Latina y el Caribe**, 1991, 141p. US\$ 8.
- **El gasto social de América Latina: un examen cuantitativo y cualitativo**, 1995, 167p. US\$ 8.
- **Dinámica de la población y desarrollo económico**, 1997, 116p. US\$ 8.

### Editora FGV e Corecon-RJ

Os associados ao Corecon-RJ, desde que apresentem sua identificação do Conselho, poderão adquirir livros da Editora Fundação Getúlio Vargas, comercializados na Livraria da FGV, com 20% de desconto para compras à vista (cheque ou dinheiro). Na compra de livros de outras editoras, também comercializados na Livraria FGV, o desconto é de 10%.

A Livraria da FGV tem um acervo de 20 mil títulos e é totalmente informatizada. Os economistas poderão, também, solicitar entrega por Sedex a domicílio, sem adicional de custos. Mas, neste caso, não serão concedidos descontos sobre o preço de capa.

LIVRARIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Praia de Botafogo, 188 - CEP 22253-900  
Rio de Janeiro - Tels: (021) 536-9199 e 536-9105 - Fax: (021) 536-9193 - E-mail: livraria@fgv.br

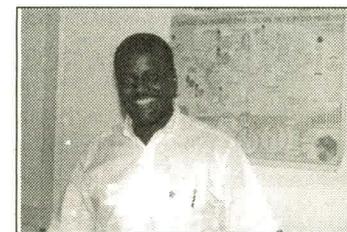
## POLÍTICA

# Economistas concorrem ao Legislativo

As entidades dos economistas do Rio de Janeiro, mantendo sua tradição democrática, abriram espaço no **Jornal dos Economistas** para candidatos a deputado federal, estadual e governador do Rio de Janeiro.

Os candidatos a deputado fariam sua própria apresentação, e os candidatos a governador responderiam a uma pergunta. Para os candidatos a deputado federal e estadual, foram convidados economistas registrados em alguma das entidades da categoria e em dia com as anuidades. Foram remetidos ofícios para todos os partidos, informando do espaço concedido; recebemos respostas de três candidatos a deputado federal: Sidney Pascoutto (PT), Luiz Henrique Lima (PSB) e Arolde Oliveira (PFL). Foram convidados a responder uma pergunta os cinco primeiros colocados a governador na pesquisa Ibope publicada no jornal **O Globo** de 13 de agosto. Responderam os candidatos Anthony Garotinho (PDT), Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), Cyro Garcia (PSTU) e César Maia (PFL).

## PASCOUTTO 1 3 0 6 Deputado Federal - PT



E-mail: pascouttpo@hotmail.com  
http://www.pandora.com.br/vote 1306

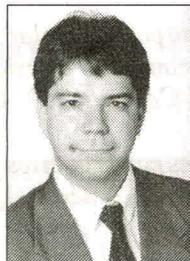
Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, Pascoutto foi o primeiro candidato do PT e o primeiro negro a disputar a Prefeitura de Campos, ajudando a organizar uma alternativa popular à hegemonia conservadora dos usineiros e seus aliados.

Pascoutto também tem dado sua contribuição decisiva à luta dos eletricitários contra os equívocos políticos/institucionais da gestão do governo no Setor Elétrico, tendo exercido por três mandatos a direção da Associação de Empregados da Eletrobras.

Companheiro que se destaca entre os economistas do estado do Rio de Janeiro, participante ativo do Corecon-RJ, recentemente reeleito, Pascoutto é também o coordenador-geral do Sindecon/RJ.

Dirigente do Núcleo de Economistas do PT-RJ, Pascoutto tem trabalhado na defesa de um novo projeto de desenvolvimento que atenda às necessidades do povo brasileiro, que combata as desigualdades sociais, as discriminações raciais e de gênero, e que crie condições para o aprofundamento da democracia e o exercício mais intenso e coletivo da cidadania.

## LUIZ HENRIQUE LIMA Deputado Federal - PSB - 4044



Luiz Henrique Lima tem 38 anos, é economista e funcionário do Tribunal de Contas da União, aprovado em concurso público.

Quando vereador (83 a 86), destacou-se na defesa do meio ambiente carioca. Como deputado estadual (87 a 94) foi o autor da ação popular que condenou o ex-governador Moreira Franco a devolver R\$ 401 mil aos cofres públicos. Foi ainda o mais importante legislador dos direitos da pessoa portadora de deficiência.

Como Secretário de Estado de Administração (92 a 94), implantou inovadores programas de treinamento, racionalização, informatização e democratização da gestão pública.

Luiz Henrique Lima defende o socialismo democrático. Opõe-se vigorosamente às políticas neoliberais praticadas pelos atuais governos federal e estadual. No Congresso, suas prioridades serão a luta pela criação de empregos para os brasileiros, a defesa do serviço democrático e de qualidade e a defesa da economia do Rio de Janeiro.

Além disso, Luiz Henrique Lima já tem propostas de medidas legislativas visando à moralização dos concursos públicos.

É autor do estudo "A Economia do Rio e a Federação", editado pela Fundação João Mangabeira.

Internet: [www.luizhenrique.jor.br](http://www.luizhenrique.jor.br) - telefones: 220-2264 e 544-1026

## DEPUTADO FEDERAL AROLDE DE OLIVEIRA - 2502 - PFL

Membro da Primeira Igreja Batista de Niterói (RJ), casado com Yvelize Vieira Oliveira há 37 anos, tem os filhos Marina e Benone.

Especializado em telecomunicações, cursou a Academia Militar das Agulhas Negras na área de Engenharia e Comunicações, e no Instituto Militar de Engenharia diplomou-se em Engenharia Eletrônica. Também formou-se em economia na antiga Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro e fez cursos de extensão em Matemática Moderna, Mecânica Quântica e Engenharia Econômica, além do Curso da Escola Superior de Guerra.

Demitiu-se da carreira militar para incorporar-se ao grupo inicial da Embratel, onde manteve relações de emprego até 1982.

Exerceu inúmeros cargos técnicos e executivos no setor de telecomunicações, entre os quais os de Diretor de Desenvolvimento da Embratel, Vice-Presidente da Telerj, Diretor do Departamento Nacional de Telecomunicações, Secretário de Telecomunicações, Governador da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite-Intelsat e de Chefe do Escritório Permanente da Embratel em Washington.

Deputado Federal desde 1983, integra o grupo de fundadores do Partido da Frente Liberal (PFL), do qual exerce a presidência do Diretório Regional no Estado do Rio de Janeiro. Na Câmara dos Deputados sempre participou, prioritariamente, dos assuntos relacionados às telecomunicações e à informática, áreas de sua experiência profissional anterior. Desde a Assembleia Nacional Constituinte, quando presidiu a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, defende a abertura do setor de telecomunicações à participação da iniciativa privada em um sistema de justa competição. Como relator da Lei nº 9.295/96, teve seu pensamento parcialmente acolhido, abrindo caminho para a promulgação da Lei Geral de Telecomunicações.

## POLÍTICA

## A pergunta feita para os candidatos a governador foi: "DEFINA UM PONTO DE POLÍTICA ECONÔMICA COMO PRIORITÁRIO DE SEU PROGRAMA DE GOVERNO"

### ANTHONY GAROTINHO – Nº 12 – PDT / PT / PSB

A reforma fiscal não apenas é um ponto básico da nossa política econômica, mas uma das linhas mestras do nosso programa de governo. O estado do Rio de Janeiro, após a desastrosa administração Marcello Alencar, tem uma dívida de R\$ 21 bilhões e gasta 78% de sua arrecadação com a folha de pagamento. E, ao contrário do que alguns propagam, o Rio não tem funcionário demais; tem de menos. Faltam policiais militares e civis, professores, médicos, promotores e defensores, fiscais de fazenda. Aumentar a arrecadação é a única maneira do Estado recuperar sua capacidade de investimento e implementar suas políticas públicas.

Vamos fazer uma reforma fiscal para reduzir drasticamente as tarifas do ICMS – hoje, as mais caras do país – para atrair mais empresas e gerar novos empregos e, ao mesmo tempo, aumentar a base tributária. Isso será feito da seguinte forma. Primeiro, vamos separar o preço do produto do valor do imposto, como já acontece nos Estados Unidos, no Canadá e na própria conta de água, luz e telefone no Brasil. Isso agiliza e facilita a fiscalização e o recolhimento do imposto. Além disso, a redução das tarifas vai trazer de volta à legalidade milhares de pequenos empresários e comerciantes que hoje sonham porque, se pagarem, quebram. Depois, vamos acabar paulatinamente com a substituição tributária no ICMS, um mecanismo criado pelo então ministro Delfim Netto que favorece os estados produtores, como São Paulo, e prejudica os consumidores, como o Rio.

Com essas medidas, a arrecadação vai crescer R\$ 200 milhões por ano, o que nos dará a capacidade de investir em saúde, educação e segurança e também na nossa política de desenvolvimento econômico. Vamos criar mecanismos de fomento para projetos que gerem emprego na pequena e média empresa e na agricultura, para pólos industriais e agrícolas nas diversas regiões do Estado, adequado às suas vocações, e para o desenvolvimento do turismo e a reativação da indústria naval.

### CESAR MAIA – Nº 25 Governo de verdade – PFL – PPB – PTB

O Estado do Rio precisa voltar a crescer e atrair novos investimentos. Por isso, minha política econômica passa, inicialmente, pela geração de empregos e incentivos fiscais para as empresas, o produtor rural e a indústria naval. Se for eleito, criarei a Agência de Desenvolvimento, com conselhos de Desenvolvimento em cada município, o que facilitará a concessão de crédito às pequenas empresas. O Sistema Simples de impostos, que reduz a carga tributária e a fiscalização sobre elas, será introduzido no Estado. Além da desburocratização do processo de abertura de novas empresas, haverá uma linha exclusiva de licitações para atendê-las.

Toda empresa que contratar um novo empregado receberá como incentivo fiscal isenção do Imosto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), proporcional a cada novo emprego gerado. Meu objetivo é fazer com que as empresas que empregam mais pessoas paguem menos impostos e, com isso, sejam estimuladas a contratar ainda mais funcionários.

Através do Incentivo à Produção Rural, quero facilitar o acesso ao crédito e à assistência técnica e reduzir a incidência de impostos para que o produtor rural tenha condições de aumentar sua produtividade. A intenção é dar-lhe condições de vender mais barato e enfrentar a concorrência de outros estados. Além disso, o próprio governo estadual poderá comprar diretamente do produtor para suprir a rede escolar. Hospitais, delegacias e presídios também serão incentivados a comprar diretamente.

Outra medida que pretendo implantar é a volta do Aviso de Fiscalização, já adotado por mim quando Secretário de Estado de Fazenda. Destinado às pequenas e médias empresas, o Aviso consiste em comunicar, com 15 dias de antecedência, que elas serão fiscalizadas, dando-lhes tempo para atualizar sua contabilidade.

Reativar a fiscalização de barreiras em todo o Estado, através da PM e da Secretaria de Fazenda, e retirar o ICMS líquido, para efeito de preço final, das compras do setor público (estado e município) são outras propostas para viabilizar o crescimento econômico do Rio de Janeiro.

### CYRO GARCIA – PSTU – CONTRA BURGUESES, VOTE 16

#### Enfrentar a crise sob a ótica dos trabalhadores

Na situação de crise econômica internacional, o Brasil, que segue religiosamente a agenda neoliberal, está à beira do precipício. A solução que Fernando Henrique quer dar para esta crise é, novamente, jogar seu peso sobre as costas dos trabalhadores. Ao contrário da propaganda oficial, o que reina no Brasil é a instabilidade. A estabilidade da moeda é amparada por uma grande instabilidade econômica e social. É comum, hoje, na imprensa econômica, a expressão de que "o Brasil é a bola da vez". Mesmo a estabilidade da moeda já está ameaçada, com riscos de ataques cambiais, e o governo já está desenhando um pacote para depois das eleições, que deverá aumentar novamente os juros e inclusive desvalorizar o real. A perspectiva do Brasil, sob governo Fernando Henrique, é o caos. Na discussão de governo, existem duas lógicas possíveis, dois caminhos opostos: um deles é o da adaptação à ordem vigente, neoliberal, de subordinação à lógica do capital financeiro internacional. O outro é o da ruptura radical com o modelo vigente. Não há uma terceira via.

Por mais que o PT e sua "frente das oposições" tente disfarçar, a tônica de seu programa é a da adaptação. Lula e Garotinho não têm nenhuma proposta que questione profundamente o grande capital. Fazem declarações genéricas sobre o desemprego, mas sem dizer com clareza quais são os meios para chegar às metas que propõem. Ao proporem, simplesmente, estimular setores do capital ligados ao mercado interno, cujas estratégias têm sido a de parceria subordinada com o capital financeiro internacional, não entendem que o capital sempre segue a lógica do lucro. Não se combate o desemprego e a miséria sem a realização de uma reforma agrária que ataque o latifúndio ou mantendo todos os compromissos com os banqueiros. O desemprego, hoje, é o problema mais sentido pela classe trabalhadora. Não é possível combatê-lo se não forem atacados frontalmente os interesses do capital financeiro. É demagógica qualquer proposta que diga que vai combater o desemprego e não diz que vai romper com o FMI.

O PSTU defende que, para enfrentar a crise econômica que paira sobre o Brasil, é necessário que os ricos paguem o custo da crise. Defendemos o não-pagamento da dívida externa e interna para os grandes investidores, assim como a redução da jornada de trabalho sem redução salarial. A Rússia seguiu toda a cartilha e, no final, não teve outra alternativa senão a moratória.

No Rio, sob a mesma lógica, nossa proposta prioritária é um programa de combate ao desemprego. Para isto, vamos romper com a lógica da guerra fiscal que dá isenções e incentivos milionários para as grandes empresas e penaliza a arrecadação pública, gerando pouquíssimos empregos. Defendemos o não-pagamento da dívida pública, a sobretaxação das grandes fortunas e um plano de obras públicas com a construção de escolas, hospitais, moradias, saneamento básico, financiado por estes recursos, como forma de ampliar o emprego. Vamos reestatizar as empresas privatizadas, como a Light, que, além de prestar péssimos serviços à população, demitiu milhares de trabalhadores. Só se pode concretizar isto com um governo dos trabalhadores, amparado nas lutas e mobilizações da classe trabalhadora.

### LUIZ PAULO CORRÊA DA ROCHA – Nº 45

#### Coligação Rio Real - PSDB/PMDB/PL/PSD

#### Prioridade para a interiorização do desenvolvimento

A história econômica do estado do Rio de Janeiro caracteriza-se por ausência de políticas eficazes visando a revisão do quadro de estagnação do interior do Estado. A infra-estrutura, que jamais superou o conceito de precária, deteriorava-se de forma acelerada: as condições das estradas e a qualidade do suprimento de energia elétrica são exemplos emblemáticos deste diagnóstico.

As atividades econômicas permanecem sem estímulos, atrofiando-se a cada ano. A produção de álcool e açúcar continuam em declínio, sem que se identifique motivação do empresário local para reinvestir na modernização de suas instalações. Até mesmo a potencial influência da Bacia de Campos nunca foi devidamente avaliada para contribuir para o desenvolvimento regional, como acontece em todos os grandes pólos produtores de petróleo e gás natural existentes no mundo. Como resultado da falta de perspectiva de trabalho, significativos contingentes da população dos municípios do interior se deslocam para a região metropolitana, aumentando de forma exponencial as demandas por investimentos sociais. As estatísticas demográficas indicam municípios com decréscimo de população em diversos períodos de tempo analisados.

No meu programa de governo, reforço o atual processo de dotar o interior de infra-estrutura necessária para incrementar o desenvolvimento de ações que beneficiarão o setor de turismo na Região Serrana e a Baixada Litorânea.

O turismo de qualidade depende de boas estradas, aeroportos funcionais e energia elétrica em larga escala e confiável.

Já podemos notar os avanços na qualidade das estradas. Os aeroportos estão sendo remodelados. Serão instaladas quatro termoeletricas à base de gás natural no Norte Fluminense.

Além disso, vou estimular a agroindústria mediante um programa eficiente de irrigação, complementando a infra-estrutura já existente, mas ociosa. O Norte Fluminense se tornará, a médio prazo, um grande exportador de frutas tropicais.

Reservo para a indústria do petróleo os mais otimistas resultados. Com um plano setorial - o Riopetróleo - elaborado a partir de experiências internacionais, verificaremos a maior elevação da qualidade de vida na próxima década em uma região do Sudeste Brasileiro.

Beneficiada com esses novos vetores de desenvolvimento, a sufocada Região Metropolitana do Rio de Janeiro agradece.

## SEMINÁRIO

# Desemprego: desafios e perspectivas na virada do século

**DIAS:** 08 e 09 de Setembro de 1998  
**LOCAL:** Auditório Pedro Calmon - UFRJ  
 Av. Pasteur, 250  
 Rio de Janeiro - RJ  
**INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:**  
 Corecon-RJ, tel: 224-0578, fax: 509-8121

O desemprego tornou-se um dos principais desafios no final do século XX. Na busca pela estabilização macroeconômica dos mais diversos países, as políticas priorizando a obtenção do pleno emprego foram deixadas em segundo plano e o preço tem sido o crescimento do desemprego.

Para agravar a situação, o processo de globalização aumentou a competição entre empresas, levando-as a introduzir novas técnicas de gestão da produção, com enorme crescimento da produtividade do trabalho.

Qual a relação entre globalização e desemprego? Pode a flexibilização do mercado de trabalho ser a solução para enfrentar o desemprego? As experiências descentralizadas de geração de emprego podem representar uma alternativa?

Para discutir estas e outras questões relativas ao desemprego na passagem para o novo milênio, as entidades promotoras deste evento organizaram o seminário "Desemprego: desafios e perspectivas na virada do século", convidando especialistas nacionais e estrangeiros para uma troca de experiências e aprofundamento deste tema de grande relevância e atualidade. No próximo número divulgaremos o programa completo.

## PROGRAMA FINAL

## 08 de setembro

9h

## Solenidade de abertura

Edward Amadeo (ministro do Trabalho) - a confirmar; Antônio Carlos Spis (diretoria executiva da CUT). Luiz Carlos Delorme Prado (presidente do Cofecon); João Carlos Ferraz (diretor do IE/UFRJ)

10h

## MESA 1: Globalização, Modernização Tecnológica e Desemprego

*Palestrantes:* Teresa Rendón (Division de Estudios de Posgrado da Facultad de Economía da UNAM); Osvaldo Rosales (economista da Secretaria Executiva da Cepal/Santiago); João Sabóia (IE/UFRJ). *Coordenador:* Adhemar dos Santos Mineiro (presidente do Corecon-RJ)

12h - Almoço

14 às 16h

## MESA 2: Flexibilidade: Solução ou Precarização do Trabalho

*Palestrantes:* Antonio Carlos Mendes (diretor de Política Social e Trabalhista do Sinduscon); Cláudio Salm (IE/UFRJ); Sérgio Mendonça (Dieese); Fernando Tadeu Perez (diretor de RH da Volkswagen do Brasil). *Coordenador:* Agostinho Guerreiro (presidente do Clube de Engenharia)

16 às 16:15h - Intervalo (café)

16:15 às 18:15h

## MESA 3: Produtividade e Emprego Industrial

*Palestrantes:* Paulo Gonzaga de C. Mibieli (IBGE); José Guilherme A. dos Reis (coordenador da Área de Política Econômica da CNI); Cláudio Dedecca (presidente da Abet). *Coordenador:* Luiz Antonio Elias (Cofecon)

## 09 de setembro

9 às 12h

## MESA 4: Experiências Descentralizadas de Geração de Emprego

*Palestrantes:* Prefeituras - André Urani (Secretaria Municipal do Trabalho RJ); José Luiz Vianna Moraes (Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Porto Alegre); Alexandre Jorge Loloian (coordenador estadual do Sine-SP). *Coordenador:* João Paulo de Almeida Magalhães (presidente do IERJ)

12 às 14h - Almoço

14 às 17h

## MESA 5: Desigualdades Regionais e Políticas de Emprego

*Palestrantes:* Lena Lavinias (IPEA); Hamilton Tolosa (Universidade Candido Mendes); Paul Singer (USP). *Coordenador:* Carlos Lessa (decano da UFRJ)

## COMISSÃO DE PROGRAMA:

- Adhemar dos Santos Mineiro (Corecon-RJ)
- Cláudio Salm (IE/UFRJ)
- João Sabóia (IE/UFRJ)
- Luiz Antonio Elias (Cofecon)

## PROMOÇÃO:

- Corecon-RJ
- IERJ
- Sindecon
- Cofecon
- Instituto de Economia - UFRJ
- ABET
- Clube de Engenharia

APOIO: Dieese

JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ  
ISR 52.2246/86

IMPRESSO

Entregue aos Correios até 04.09.98